UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

RÓNAI PÁL: Conflitos entre a profissionalização do tradutor e a teoria e prática da tradução

Marileide Dias Esqueda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística Aplicada na Área de Tradução

Orientação:
Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni
Universidade Estadual de Campinas

Dissertação de Mestrado
IEL - UNICAMP
1999

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Marileide Dias Esqueda

RÓNAI PÁL: Conflitos entre a profissionalização do tradutor e a teoria e prática da tradução

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística Aplicada na Área de Tradução

Orientação:
Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni
Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP
IEL
1999

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE BC
N° CHAMADA:
T/UNICAMP
Es68p
V. Ex.
TOMBO BC/ 41945
PROC. 278/00
C D X
PREÇO R$ 11,00
DATA 30-08-00
N° CPD

CM-00145153-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Esqueda, Marileide Dias

Es68p Rónai Pál: Conflitos entre a profissionalização do tradutor e a teoria e prática da tradução/ Marileide Dias Esqueda. - - Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientador: Paulo Roberto Ottoni

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Tradutores. 2. Tradução e interpretação. 3. Lingüística aplicada. I. Ottoni, Paulo Roberto. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni – Orientador

Profª Dra. Regina Helena Elias Alfarano

Prof. Dr. Álvaro Luiz Hattnher

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Marilúde Dias
Esqueda
e aprovada pela Comissão Julgadora em
20/07/2000.

Aos meus pais João e Lydia, à minha irmã Marimiriam, a minha irmã Michele (*in memoriam*) e ao meu namorado Amilcar, por me apoiarem e incentivarem sempre.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo Roberto Ottoni, pela orientação enriquecedora e sempre dedicada, por estar sempre presente em cada passo deste projeto.

Às professoras Marilda do Couto Cavalcanti e Regina Elena Elias Alfarano, pelas sugestões dadas durante o Exame de Qualificação.

À Gesiane Folkis, Valéria Biondo e Lucinéa Villela pelo incentivo e leitura das primeiras etapas deste projeto.

À Mônica Oliveira Santos e Élida Ferreira, minhas colegas de pós-graduação, pela ajuda, companheirismo e pela leitura minuciosa desta dissertação.

Ao Hélio Requena da Conceição pela minuciosa revisão deste trabalho.

À Waldívia Marchiori Portinho, Elias Davidovich, Regina Helena Elias Alfarano, Nora Rónai, Álvaro Hattnher, Frieda Wolf e Nila, pelos depoimentos concedidos e pelo material fornecido para esta pesquisa.

Aos colegas do Departamento de Letras e Artes da Universidade do Sagrado Coração de Bauru pela compreensão e apoio.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

RÓNAI PÁL: Conflitos entre a profissionalização do tradutor e a teoria e prática da tradução

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é o de refletir sobre o conceito da profissão de tradutor e do ato tradutório revelado nas teorizações de Paulo Rónai em contraposição à tentativa de regulamentação do exercício da profissão de tradutor iniciada com a Fundação da ABRATES, em projeto-lei enviado ao Ministério do Trabalho, em 1977.

Este trabalho é composto por quatro capítulos. O primeiro apresenta o tradutor húngaro Paulo Rónai por meio de uma cronologia de seus trabalhos na Hungria e no Brasil. No segundo, capítulo proponho uma reflexão sobre suas obras de maior importância para a instância da tradução: *Escola de Tradutores* (1989), *A Tradução Vivida* (1990) e *Guia Prático da Tradução Francesa* (1983). O terceiro capítulo faz um retrato da fundação da Associação Brasileira de Tradutores – ABRATES e como essa, por iniciativa de Paulo Rónai, seu fundador e sócio-benemérito, organiza o projeto-lei de regulamentação do exercício da profissão de tradutor. O quarto e último capítulo busca um elo entre as teorizações de Paulo Rónai em contraposição à tentativa de regulamentação do exercício da profissão de tradutor, que refletem um paradoxo entre a teoria e a prática da tradução.

Este estudo permite ressaltar que a não-concretização do projeto de regulamentação da profissão, naquela ocasião, assinalou a necessidade da definição dos parâmetros da formação acadêmica do profissional tradutor. Qualquer tentativa de regulamentação estará intrinsecamente ligada à definição dos parâmetros da formação acadêmica do tradutor.

Palavras-chave: tradutores; tradução e interpretação; lingüística aplicada.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRA
SEÇÃO CIRCULANTE

RÓNAI PÁL: Conflicts between professionalization and the theory and practice of translation

ABSTRACT

The main objective of this work is to reflect on the concept of the translator's profession and of the translating act revealed in Paulo Rónai's theory as a counterproposal to the attempt of regulation concerning the translator's professional practice and the Foundation of ABRATES (The Brazilian Translator's Association), in a bill sent to the Labor Ministry, in 1977.

This work is composed by four chapters. The first chapter introduces the Hungarian translator Paulo Rónai, through a chronology of his works in Hungary and in Brazil. The second chapter proposes a reflection on his most important and extensive works involving the translation *Escola de Tradutores* (1989), *A Tradução Vivida* (1990) and *Guia Prática da Tradução Francesa* (1983). The third chapter draws from the foundation of the Brazilian Translator's Association - ABRATES and how this association, on Paulo Rónai's initiative as founder and honorary member, organizes the regulation bill of the translator's professional practice. The fourth and last chapter searches for a link among Paulo Rónai's theories as a counterproposal to the attempt of regulation concerning the translator's professional practice, which results in a paradox between the theory and practice of translation.

This study points out that the lack of specification of the professional regulation bill, on that occasion, marked the need for the definition of parameters in the academic preparation of translating professionals. Any regulation attempt will therefore be closely linked to the definition of the aformentioned in the academic preparation of translator.

Keywords: translators; translation and interpretation; applied linguistics.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

A tradução é o meio mais eficaz para a compreensão de uma língua, permitindo, por esse caminho, um alargamento de nosso horizonte intelectual... Ensina-nos a dar importância às palavras, tanto em nosso discurso, como no dos outros e a extrairmos o máximo rendimento desse instrumento de alta precisão que é a língua... A profissão de tradutor dá-nos a consciência de estarmos sempre a serviço da compreensão e da aproximação.

Paulo Rónai

O Decálogo do Tradutor

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 09

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. O tradutor húngaro Paulo Rónai 13

SEGUNDO CAPÍTULO

2. O teórico Paulo Rónai 31

2.1 *Escola de Tradutores* 31

2.2 *A Tradução Vivida* 40

2.3 *Guia Prático da Tradução Francesa* 48

2.4 As divergências teóricas em Paulo Rónai 52

TERCEIRO CAPÍTULO

3. O ponto de partida: a fundação da ABRATES – Associação Brasileira de Tradutores 61

3.1 A organização do projeto-lei de regulamentação da profissão 66

QUARTO CAPÍTULO

4. As teorizações de Paulo Rónai em contraposição à tentativa de regulamentação do exercício da profissão de tradutor iniciada pela ABRATES em 1977 77

4.1 A necessidade e a impossibilidade da definição dos parâmetros da formação acadêmica do tradutor: uma conclusão? 87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 90

ANEXOS 92

INTRODUÇÃO

A atividade de tradução no Brasil não é uma profissão regulamentada junto ao Ministério do Trabalho brasileiro, o que provavelmente explica, pelo menos parcialmente, por que ainda tanto se discute sobre o exercício da profissão de tradutor e sobre o ato tradutório.

Este estudo discute, a partir das principais publicações de Paulo Rónai, como a tradução se nega ao enquadramento casuístico, restritivo e monopolizador privativamente em uma teoria ou guia prático que tentam comandar a intervenção do tradutor na idealização de neutralidade, na relação tradutor/língua/ato tradutório.

No primeiro capítulo, apresento um perfil geral da atuação de Paulo Rónai na Hungria e no Brasil. O tradutor húngaro Paulo Rónai, filho de livreiro, cujos estudos dividiram-se entre Budapeste e a Sorbonne, em Paris, diplomou-se como professor de francês, italiano e latim, tornando-se, mais tarde, doutor em Literatura. Rónai, que foi preso pelos nazistas húngaros durante a II Guerra Mundial, obtendo, em 1941, um visto de imigração para o Brasil graças ao empenho do amigo Ribeiro Couto, tornou-se cidadão brasileiro em 1945 pelos serviços prestados ao campo cultural. Este perfil do autor é contrastado, no segundo capítulo, com uma caracterização das teorizações de suas principais publicações sobre o tema tradução *Escola de Tradutores* (1989), *A Tradução Vivida* (1990) e *Guia Prático da Tradução Francesa* (1983) e em alguns de seus artigos, prefácios e depoimentos.

No terceiro capítulo, proponho uma análise sobre a fundação da ABRATES - Associação Brasileira de Tradutores, no Brasil. Esta análise parte do momento histórico vivido pela ABRATES e seus representantes na década de 70. Exponho os objetivos propostos pela ABRATES em relação à regulamentação da profissão de tradutor, em relação ao projeto-lei escrito pelos representantes da ABRATES com a tentativa de regulamentação do exercício da profissão de tradutor. Naquele momento, o projeto-lei de regulamentação da profissão parecia depender da definição dos parâmetros acadêmicos da formação profissional do tradutor, daí sua impossibilidade de concretização. Encaminho a discussão no sentido de mostrar que as questões sobre regulamentação e formação, naquela ocasião, estavam intrinsecamente ligadas, eram dependentes, mostraram-se em meio a uma turbulência entre a regulamentação do exercício da profissão de tradutor e da necessidade da definição dos parâmetros da sua formação acadêmica. Nesse terceiro capítulo, discuto, ainda, o projeto-lei de regulamentação da profissão em si, que foi enviado ao Ministro do Trabalho brasileiro em 22 de março de 1977, na tentativa de trazer à tona a discussão sobre a profissionalização do tradutor que perdura até os dias de hoje.

No quarto capítulo, busco um elo entre as teorizações de Paulo Rónai e a tentativa de regulamentação do exercício da profissão de tradutor iniciada pela ABRATES, em 1977. Retomo a abertura da ABRATES, cujos objetivos principais eram a defesa dos interesses dos tradutores e a elevação do conceito e do nível profissional da classe, objetivos esses que somente poderiam ser alcançados, aos

olhos de Paulo Rónai e dos demais membros da ABRATES, por meio de um projeto de regulamentação da profissão.

Ao buscar esse elo, traçando uma relação íntima entre as teorizações de Rónai e a abertura de uma associação que ele próprio fundara com o objetivo de fazer com que a tradução saísse de um estágio amador para um estágio profissional, tento corroborar minha hipótese de que as tentativas de regulamentação da profissão estavam ligadas à definição dos parâmetros da formação acadêmica do tradutor. Sendo impossível dizer quem poderia ser tradutor, se o formado, se aquele com vasta experiência, se o que viveu durante alguns anos em um país estrangeiro, a ABRATES não pôde levar à frente o projeto-lei e tampouco fazer com que os órgãos superiores o aprovassem. Esse impasse revela um descompasso entre a teoria e a prática e encontra-se presente na instância da tradução. A tradução, sendo abalada por esse descompasso, está entre a necessidade de uma regulamentação *versus* a impossibilidade de um enquadramento casuístico, entre a necessidade da definição dos parâmetros da formação acadêmica *versus* a impossibilidade de dizer quem pode traduzir.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. O tradutor húngaro Paulo Rónai[1]

> Mestria larga e variada. Mestria em literatura, em línguas, em tudo que ficou dito – e na arte da amizade. O mestre perfeito, "reto, discreto, sábio", é também, de quebra, amigo perfeitíssimo. Custa-me escrever a seu respeito. Quase trinta e cinco anos de amizade – plenos, inteiros, sem lacunas ou fissuras. Não sei, dele tratando – do homem ou do escritor -, senão louvá-lo. Mas firmemente creio que com isto não lhe faço favor. Grande brasileiro, o brasileiro Paulo Rónai.
>
> Aurélio Buarque de Holanda Ferreira
> *A Tradução Vivida* (Prefácio)

Com o intuito de fazer com que o leitor entenda melhor quem foi Paulo Rónai e entenda quais os caminhos percorridos por ele em suas teorizações, é preciso descrever alguns dados históricos que revelam a vida intelectual do autor.

Filho de Rónai Miksa, livreiro, e Gisela Loewy Rónai, Rónai Pál, ou Paulo Rónai, nome aportuguesado que adotou no Brasil, era o mais velho de seis irmãos. Nasceu em Budapeste em 13 de abril de 1907 e faleceu em 1 de dezembro de 1992, com 85 anos, em Nova Friburgo, RJ.

Paulo Rónai, na adolescência, era membro do grupo de estudos literários dos alunos secundários de sua escola. Começou a publicar regularmente na imprensa húngara, em particular na Revista *Új Idök* (Novos Tempos), suas traduções de obras do latim (inclusive de Horácio), a que viriam se juntar mais tarde às do francês e do português, língua que ele aprendeu com um dicionário português-alemão e uma antologia de poesias em língua portuguesa. Os jovens

[1] As descrições dos dados históricos da vida intelectual do autor foram concedidas, respectivamente, por Nora Rónai, esposa do autor, Waldívia Marchiori Portinho, ex-presidente da ABRATES-SINTRA e Frieda Wolff, especialista em história dos judeus no Brasil (cujos trabalhos sobre Paulo Rónai pertencem ao acervo do Museu Judaico do Rio de Janeiro).

húngaros impunham-se ao aprendizado de um idioma "exótico". Rónai escolheu o português.

Completou doutorado aos 23 anos em literatura e línguas latinas e neolatinas na Universidade Péter Pázmány, Budapeste, em 1930, com a tese *À margem das obras de mocidade de Balzac*. Entre 1930 e 1932, estudou na Sorbonne, em Paris, com bolsa do governo francês. Fez ainda cursos de férias na Alliance Française, em Paris, e na Universitá per Stranieri, em Perúgia, Itália. Em 1932, obtinha seu diploma de professor secundário de francês, italiano e latim.

Até 1940, quando aprisionado pelos nazistas húngaros, cumpria intensa vida intelectual em Budapeste como professor de línguas, tradutor e colaborador de órgãos da imprensa húngara, como *Új Idök, Pandora, Széphalom* (Colina Bela). Além de muitos trabalhos de tradução profissional não literária, traduziu até essa época cerca de cem contos e poesias para o francês, duas novelas e inúmeros artigos para a *Nouvelle Revue de Hungrie*, da qual era também redator. Paralelamente, traduziu para o húngaro romances franceses, selecionou e traduziu a antologia *Poetas latinos*, poesias brasileiras modernas, que ele nomeou *Brazilia Üzen* (Mensagem do Brasil), e *Poemas dos Santos*, coletânea de Rui Ribeiro Couto, sendo estas duas últimas as primeiras antologias de traduções húngaras da literatura brasileira publicadas naquele país.

A essa altura de sua vida, com o desejo de conhecer melhor o idioma português, começou a corresponder-se com Ribeiro Couto, diplomata brasileiro na Europa. Tornaram-se amigos. A facilidade que Rónai tinha de fazer amigos constituía característica marcante da personalidade do autor relatada em

depoimento por vários de seus amigos, como, por exemplo, Elias Davidovich, Waldívia Marchiori Portinho e Regina Helena Elias Alfarano, além de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Carlos Drummond de Andrade, João Guimarães Rosa, entre outros). Rónai mantinha contato com outros representantes diplomáticos do Brasil em Budapeste, que o auxiliavam em seu empenho de fazer conhecida a literatura brasileira na Hungria.

Em julho de 1940, com o anti-semitismo em alta, na Europa, os nazistas húngaros aprisionaram Paulo Rónai num "campo de trabalho". Ribeiro Couto, do governo brasileiro, considerando a divulgação que Rónai fez da literatura brasileira naquele país, além de lhe permitir o visto, convidou Paulo Rónai a vir ao Brasil e ofereceu-lhe uma bolsa de estudos por um ano. Esse visto, então, possibilitou que Rónai obtivesse em Budapeste uma breve licença do campo de trabalho, ou seja, possibilitou sua fuga. Em 28 de dezembro de 1940, Paulo Rónai embarcava para o Brasil, via Lisboa, e, em 3 de março de 1941, descia do navio *Cabo de Hornos* no Rio de Janeiro. Sua vida estava salva.

Revelam Waldívia Marchiori Portinho e Waltensir Dutra (1994), no artigo intitulado Paulo Rónai, Tradutor e Mestre de Tradutores, que Rónai teve um passado marcado por grandes acontecimentos. Ao fugir para o Brasil, deixou para trás seus familiares e a noiva, Magda Péter, que também sofriam as mesmas perseguições. Depois de muitas dificuldades, sua mãe e três irmãs vieram para o Brasil. O pai faleceu na Hungria, e a mãe, D. Gisela, faleceu no Rio de Janeiro em 1967. Duas irmãs, Eva e Clara, ainda vivem no Rio. Magda, porém, não teve a mesma sorte. Rónai casou-se com ela por procuração em 1942, o que facilitaria

sua vinda para o Brasil. Magda, em Budapeste, escondia-se em um e outro lugar, até conseguir chegar à Casa de Portugal, onde talvez estivesse a salvo. Os nazistas, infelizmente, a encontraram e a levaram, juntamente com sua mãe e milhares de outros, até as margens do Danúbio e metralharam todos.

Já no Brasil, Paulo Rónai conhece Nora Tausz, em 25 de novembro de 1951. Nora, nascida em Fiume, Itália, viera para o Brasil com seus familiares também fugindo do nazismo e desembarcou um mês depois de Rónai no Rio de Janeiro. Nora viveu em Budapeste dos sete aos dez anos de idade e lá havia aprendido a falar húngaro. No Rio, embora os dois tivessem morado em ruas próximas por algum tempo, somente se conheceram dez anos depois. Casaram-se em 9 de fevereiro de 1952, permanecendo casados até a morte do autor aos 85 anos.[2] Nora, hoje aposentada, é arquiteta e foi professora universitária, continua morando em Nova Friburgo. O casal teve duas filhas, Cora Rónai, escritora e jornalista, e Laura Rónai, flautista, que vivem no Rio de Janeiro.

- Primeiros Tempos no Brasil

No Brasil, Paulo Rónai não demorou a entrar na vida intelectual e literária. Começou a traduzir para o português e sua primeira tradução para o nosso idioma

[2] Relatou a Sra. Nora Rónai, por telefone, no dia 8 de outubro de 1999, que Paulo Rónai morreu devido a um câncer na laringe. Emocionada, a esposa confessou não entender como uma pessoa tão boa, amiga, gentil, pôde ter um fim tão trágico. Relatou que Rónai fez cirurgias na laringe, não solucionando, porém, o problema. Nora declarou, ainda, que ao final da vida Rónai não falava mais, já que não pôde submeter-se a um tratamento quimioterápico pela sua idade já avançada.

foi um poema de Antero de Quental. Tornou-se professor secundário do Colégio Metropolitano (1941-1943) e do Liceu Francês (1941-1949).

Entre 1949 e 1977, foi professor de francês e latim em escolas municipais. Em 1952, começou a lecionar no Colégio Pedro II, onde, em 1958, em concurso acompanhado pela imprensa, Rónai conseguiu o primeiro lugar como catedrático de francês. Entre 1974 e 1977 foi catedrático de literatura francesa da Faculdade de Humanidades Pedro II, fundaria, depois, a Associação dos Professores de Francês do Rio de Janeiro. Em 1967, foi, durante seis meses, Visiting Associate Professor na Universidade da Flórida, em Gainesville, ensinando literatura brasileira e francesa. Ao longo dos anos, escreveu 18 livros didáticos para o ensino do latim e do francês.

Rónai escrevia para a imprensa e tornou-se colaborador assíduo, durante mais de quarenta anos, de importantes jornais no país como também no exterior. Como ele próprio nos conta, tornou-se leitor e editor de várias editoras como a Globo, de Porto Alegre, José Olympio, Delta, Lisa e Nova Fronteira.

- Paulo Rónai : Tradutor e orientador de traduções no Brasil

Rónai entrou em contato com Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, depois de estar já há algum tempo no Brasil. Forte amizade e colaboração literária os uniram. Trocavam conhecimentos lingüísticos e literários, como relata Rónai em quase todas suas obras e prefácios que dedicava a Aurélio. Montaram conjuntamente o primeiro volume de *Mar de Histórias, Antologia do Conto*

Mundial, traduções de contos selecionados das literaturas mais diversas. Iniciado em 1945, esse trabalho fez surgir dez volumes dessa antologia e consumiu 44 anos de suas vidas. Além disso, fizeram muitos outros trabalhos juntos.

Além de todo esse feito tradutório, Rónai foi organizador de duas coleções, A *comédia humana*, de Honoré de Balzac, e a *Biblioteca dos Prêmios Nobel de Literatura.*

Rónai morou no mesmo hotel que Maurício Rosenblatt, gerente da Editora Globo do Rio de Janeiro, com quem fez amizade. Rosenblatt, em carta de 3 março de 1944, confirmava que Rónai faria supervisão das diferentes traduções, principalmente no que dizia respeito à fidelidade das mesmas, das edições, em português, de A *comédia humana*, de Honoré Balzac, auxiliando os tradutores sempre que necessário.

A edição dessas 89 obras já estava em andamento, terminando por abranger o trabalho de mais de vinte tradutores e levando 15 anos para ser concluída, com 17 volumes supervisionados, prefaciados e comentados por Paulo Rónai, em um total de 12.000 páginas e, coincidentemente, com cerca de 12.000 notas.

Como Rónai já havia colaborado com a Delta na *Enciclopédia Metódica Laurousse*, Abraão Koogan, diretor da editora, convidou-o, em 1962, conforme relata Elias Davidovich[3], para organizar a edição e tradução da *Biblioteca dos*

[3] Membro da ABRATES, nas décadas de 70 e 80. Amigo íntimo de Rónai, o Sr. Davidovich relatou em seu depoimento de 28/04/98, já bastante doente, vindo a falecer em 15/07/98, que Rónai sempre lutou pelos tradutores e a profissão sempre mereceu muita luta.

Prêmios Nobel de Literatura. Foram sessenta volumes, com os textos traduzidos de cada língua original e tradutores escolhidos a dedo por Rónai.

- Paulo Rónai e a tradução

Como mencionei anteriormente, Paulo Rónai escreveu três livros dedicados exclusivamente à tradução: *Escola de tradutores*, primeiro livro escrito no Brasil sobre o tema, em 1952; *Guia prático da tradução francesa,* em 1967; e *A tradução vivida,* em 1976.

Devido à grande produção do autor, revelando sempre sua grande luta pela classe dos tradutores, é impossível alinhavar, neste trabalho, todos os seus artigos e ensaios escritos e as conferências e palestras por ele pronunciadas pelo mundo afora sobre o tema da tradução.

Em 1952, em *Escola de tradutores*, ele se referia "à quase inexistência de uma classe de tradutores" no Brasil, concluindo que a solução "consistiria em formar especialistas competentes" e que o problema estava "ligado à profissionalização do ofício de tradutor". Referia-se, na mesma obra, aos que "se limitavam a assinar o trabalho de colaboradores anônimos", à necessidade da "consciência profissional" e de "pagar aos tradutores [...] bastante bem para que se pudesse escolher esse ofício como profissão exclusiva".

Isso escrito há mais de quarenta anos revelou a constante inquietação do autor em relação ao tema. Por longos anos, ele batalhou nesse campo da

tradução. Como relata Regina Helena Elias Alfarano[4], Rónai fazia da tradução uma luta permanente, não como a luta sangrenta vivida por ele na Hungria, mas uma luta pelas palavras:

> Paulo Rónai era sempre enigmático, você nunca sabia bem. Ele tinha um olhar enigmático, uma postura enigmática, aí você perguntava alguma coisa e ele ficava quieto, você não sabia se ele estava pensando na resposta ou se não queria dar a resposta, ou se ele não sabia e estava criando uma resposta, era muito enigmático, mas este enigma dele vinha sempre desta postura sofrida, de ter uma personalidade, ele dizia: "assim, eu sobrevivi, era sempre uma luta..." e o lidar com a palavra era sempre também uma luta, uma luta com muito amor, onde ele despencava a alma, a vida, era no trabalho. (Regina Helena Elias Alfarano – Depoimento)

Durante a década de 50, ele se correspondeu com membros da diretoria da recém-criada Fédération Internationale des Traducteurs (FIT). Em setembro de 1973, em um encontro em Paris com François-Pierre Caillé, então presidente da FIT, Paulo Rónai convenceu-se da necessidade de se criar no Brasil uma associação de tradutores a ela filiada.

[4] Depoimento concedido, no dia 29 de setembro de 1999, na IX Semana do Tradutor da UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto/SP, pela tradutora e membro da ABRATES/SINTRA nas décadas de 70 a 90.

Com a persistência que o caracterizava, ele se pôs a formar uma associação. Em 21 de maio de 1974, já contatadas algumas dezenas de destacados tradutores e com o apoio da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, por meio de seus dirigentes Raymundo Magalhães Jr. e Daniel da Silva Rocha, era criada a Associação Brasileira de Tradutores - ABRATES, com sede no Rio de Janeiro. Uma seção paulista seria criada algum tempo depois.

Rónai participou diretamente da ABRATES até 1979, quando se mudou para a cidade de Nova Friburgo[5], mais adequada para suas condições de saúde. Mesmo de longe, em nenhum momento deixou de acompanhar a atuação da ABRATES, à qual sucedeu, em novembro de 1988, com cerca de quinhentos membros, o Sindicato Nacional dos Tradutores - SINTRA. Alguns meses antes, em 27 de setembro de 1988, tinha sido criado, no Ministério do Trabalho, o 36º Grupo - Tradutores, no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais, configurando o reconhecimento da categoria. O reconhecimento formal da "profissionalização do ofício do tradutor" concretizava o sonho de Rónai, que afirmava ser a tradução a atividade que "mais lhe falava ao coração".

Rónai obteve o título de primeiro sócio benemérito da ABRATES, o Prêmio Internacional C. B. Nathorst (1981) da FIT, o Prêmio da Ordem de Rio Branco do

[5] Conta Frieda Wolff que, quando se casaram, Nora e Rónai viveram no Rio Comprido-RJ e tinham o hábito, ambos professores, de passar as férias numa pensão barata em Nova Friburgo. Numa ocasião, Aurélio Buarque de Holanda pediu-lhes para dar uma olhada num terreno que ele tinha comprado e nunca visto. Não encontraram essa propriedade, mas o rapaz da Imobiliária que os acompanhou, conseguiu vender a eles três terrenos, num outro bairro, muito mais bonito, a condição de pagamentos muito vantajosos, isto em 1958. Pouco depois, uma firma construtora convenceu-os de começar a construção de uma casa, pouco a pouco, sempre quando tivessem um dinheiro, e assim aconteceu Pois É, quase por acaso, completado em 1980. O Sítio Pois É, assim nomeado por Rónai, tornou-se o cenário de seus trabalhos. Mais tarde, em 1990, ele escreve a obra *Pois é*, duas dúzias de artigos que ele diz ter salvo do cemitério dos jornais e das revistas.

governo brasileiro, da Palmes Acádemiques e Ordre National du Mérite, do governo francês, da Ordem da Estrela com Coroa de Ouro, do governo húngaro, e Prêmios Silvio Romero e Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras e, também, da ABL, a Medalha Machado de Assis, entre outros.

Alguns dados de sua vida intelectual: um teórico prático

- Na Europa (de 1907 a 1941)

Fez estudos superiores na Ex-Universidade Pázmány Péter (atual Universidade Eötuös Loland) em Budapeste, onde se doutorou em Língua e Literatura Latinas e Neolatinas, estudando, também, na Sorbonne em Paris.

- Publicações em Húngaro

À margem das obras de mocidade de Balzac; *Mensagem do Brasil (antologia da poesia brasileira moderna)*; *Poemas de Santos (antologia de Ribeiro Couto)*; *Antologia de poetas latinos*. Fez muitas traduções do francês para o húngaro e do húngaro para o francês. Colaborou intensamente com a imprensa.

- No Brasil (de 1941 a 1992)

Rónai foi professor catedrático de Francês do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, da Faculdade de Humanidades do Liceu Francês e do Ensino Secundário Municipal.

Foi fundador e primeiro presidente da Associação dos Professores de Francês do Rio de Janeiro. Fundador, primeiro secretário e sócio-benemérito da Associação Brasileira de Tradutores - ABRATES. Obteve em 1981 o Prêmio

Internacional de Tradução concedido pela Fundação C.B. Nathorst, da Suécia, e pela Federação Internacional de Tradutores.

- Editoração e Direção

A Comédia Humana, de Honoré de Balzac, Porto Alegre: Globo, 1945-1955 (Prefácios, notas, supervisão; 89 obras, 17 volumes)

Obras, de Vianna Moog, Rio de Janeiro: Delta.

Biografias, de R. Magalhães Jr. Editora.

Coleção Biblioteca dos Prêmios Nobel de Literatura, Rio de Janeiro: Delta (60 volumes)

Coleção Brasil Moço, Rio de Janeiro: José Olympio. (25 volumes)

Biblioteca do Estudioso, Rio de Janeiro: Lisa (oito volumes).

- Colaborações

Para o Boletim da ABRATES e os jornais *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *Correio do Povo* etc.; as enciclopédias Delta Larousse, Barsa e Britânica. E, no exterior, para as revistas *Americas* (EUA), *Caravelle* (Toulouse), *Revue de Littérature Comparée* (Paris), Boletim do PEN Internacional (Londres), *Nagyvilág* e *Babel* (Budapeste), *Humboldt* (Bonn), e a Enciclopédia da Literatura Universal (Budapeste).

- Prefácios

Para a colação *Seleta* das obras de João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, José Lins do Rego, Lygia Fagundes Teles, Clarice Lispector, Raquel de Queiroz, Carlos Heitor Cony,

Luís Jardim, Lima Barreto etc.; Virgílio, Corneille, Racine, Molière, La Fontaine, Prévost, Merimée, Vigny, Flaubert, Shaw, Tolstói, Móricz etc.

- Cursos e Conferências

Além de incontáveis conferências sobre tradução e literatura no Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades brasileiras, deu cursos e conferências sobre literatura brasileira em Gainesville, Paris, Toulouse, Rennes, Neuchâtel, Heidelberg, Budapeste e Tóquio.

- Livros Didáticos

Livros didáticos para o ensino do latim (seis volumes) e do francês (12 volumes), inclusive o "romance policial" *Le mystère du carnet gris*.

Considero fundamental listar, aqui, a bibliografia de Paulo Rónai depois de sua vinda para o Brasil, para que se tenha uma idéia da sua intensa atividade intelectual:

Balzac e a Comédia Humana. Porto Alegre: Globo, 1947, 154 p.

Um romance de Balzac: A pele de Onagro. Rio de Janeiro: A Noite, 1952, 157p. (Tese de concurso)

Escola de tradutores. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1952, 50 p.

Escola de tradutores. 2ª ed. Rio de Janeiro: São José, 1956, 93p.

Escola de tradutores. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro Culturais, 1967,99 p.

Escola de tradutores. 4ª ed. Rio de Janeiro: Educom, 1976, 131 p.

Escola de tradutores. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro, 1987, 171 p.

Escola de tradutores. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, 171 p.

Como aprendi o português e outras aventuras. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956, 270 p.

Como aprendi o português e outras aventuras. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975, 156 p.

Encontros com o Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, 51 p.

Homens contra Babel (passado, presente e futuro das línguas artificiais). Rio de Janeiro: Zahar, 1964, 161 p.

A vida de Balzac. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967, 195 p.

Babel & Antibabel; ou o problema das línguas universais. São Paulo: Perspectiva, 1970, 194 p. (Revisão e ampliação de *Homens contra Babel*)

Der Kampf gegen Babel oder das Abenteur der Universalsprachen. Munich, Ehrenwirth, 1969, 197 p. (Tradução para o alemão, de Herbert Caro, de Babel & Antibabel)

Babelu e no chosen. Tokio, Yamamoto Shoten, 1971, 273 p. (Tradução para o japonês de Babel & Antibabel)

Guia Prático da tradução francesa. Rio de Janeiro: Difel, 1967.

Guia Prático da tradução francesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Educom, 1967.

Guia Prático da tradução francesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, 212 p.

A princesa dengosa. In: BENEDETTI, Lúcia, org. Teatro Infantil. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, Serviço Nacional do Teatro, 1971.

A tradução vivida. Rio de Janeiro: Educom, 1976, 156 p.

A tradução vivida. Rio de Janeiro: 2ª ed. Nova Fronteira, 1981, 210 p.

A tradução vivida. Rio de Janeiro: 3ª ed. Educom, 1990.

Dicionário francês-português. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, 343 p.

Não perca o seu latim. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, 261 p. (Colaboração de Aurélio Buarque de Holanda)

Não perca o seu latim. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, 263 p. Idem.

Não perca o seu latim. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d., 263 p. Idem.

Não perca o seu latim. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, 265 p. Idem.

Não perca o seu latim. 5ª ed. Idem.

Latin és Mosoly. Budapeste, Europa Kiadó, 1980, 240 p. (Tradução para o húngaro de ensaios publicados em Escola de Tradutores, Como aprendi o português e Encontros com o Brasil.)

O teatro de Molière. Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1981, 66 p.

Dicionário universal Nova Fronteira de citações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 1020 p.

Dicionário essencial francês-português e português-francês. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, 574 p.

Pois é: ensaios. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, 300 p.

- Traduções

. Para o francês:

Mémoires d'un sergent de la milicie. Tradução de Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Atlântica, 1944, 226 p.

. Para o português:

Cartas a um jovem poeta, de Rainer Maria Rilke. Porto Alegre: Globo, 1953. (Com Cecília Meireles, do alemão) (Teve reedições sucessivas. A 16ª ed., da mesma editora, saiu em 1989)

Roteiro do conto húngaro. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1954, 131 p.

A essência do Talmud, de Theodore M. R. von Keller. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969, 121 p.

Socialismo para milionários, de George Bernard Shaw. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1970, 90 p. (Do inglês)

A tradução científica e técnica, de Jean Maillot. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil; Brasília, Univ. de Brasília, 1975. (Do Francês)

A tragédia do homem, de Imre Madách. Rio de Janeiro: Salamandra-Núcleo Editorial da UERJ, 1980, 247 p. (Com Geir Campos, do húngaro)

. Para o português, com Aurélio Buarque de Holanda Ferreira

Mar de Histórias; antologia do conto mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1945-1989. (Dez volumes)

Os meninos da Rua Paulo, de Ferene Molnar. São Paulo: Saraiva, 1952. 189 p. (Do húngaro)

Os meninos da Rua Paulo, de Ferene Molnar. São Paulo: Edições de Ouro, 1965. 231 p. (Do húngaro)

Os meninos da Rua Paulo, de Ferene Molnar. São Paulo: Saraiva, 1971, 127 p. (Esta obra traduzida por Paulo Rónai parece ter tido outras reedições)

Amor e Psique, de Apuleio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956, 87 p. (Do latim)

Antologia do conto húngaro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, 283 p.

Antologia do conto húngaro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958, 283 p.

Antologia do conto húngaro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, 283 p.

Servidão e grandeza militares, de Alfred de Vigny. Rio de Janeiro: Difel. s.d. (Do francês)

Sete lendas, de Gottfried Keller. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, 118 p. (Do alemão)

Contos húngaros, Rio de Janeiro: BUP, 1964, 117 p.

Contos húngaros, São Paulo: Edusp, 1991, 204 p.

Antologia do conto francês.

Antologia do conto inglês.

Antologia do conto norte-americano.

Antologia do conto alemão.

Antologia do conto italiano.

Antologia do conto russo.

Após esses dados da vida intelectual de Rónai, passo ao capítulo seguinte com uma análise mais pontual de três de suas obras mais importantes sobre tradução, que refletem os conflitos entre teoria e prática da tradução e profissionalização do tradutor.

SEGUNDO CAPÍTULO

2. O teórico Paulo Rónai

> Entre tantas coisas que podem ser ditas sobre o autor, filólogo, professor e tradutor Paulo Rónai, seja dito antes de mais nada que ninguém sequer de longe fez pela tradução e pelos tradutores no Brasil mais do que ele, que sequer nasceu em nosso país e aprendeu português sozinho, na longínqua Hungria.
>
> Waldívia Portinho e Waltensir Dutra
> *Paulo Rónai, Tradutor e Mestre de Tradutores*

2.1 Escola de Tradutores

Esta obra foi inicialmente editada, em 1952, contendo sete artigos.[6] Mais tarde, foram acrescidos outros quatro artigos na segunda edição de 1956. Em 1967, na terceira edição, ocorreu simplesmente a reimpressão da edição anterior. Já na quarta edição de 1976, outros nove artigos foram acrescentados, totalizando

---

[6] Seqüências dos Artigos nas Reedições da obra *Escola de Tradutores:*
Escola de tradutores. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1952, 50 p.
Apresentação de sete artigos, sendo eles: Traduzir o intraduzível; Tradução literal e efeitos de estilo; traduções indiretas; Escola de Tradutores; Confidências de tradutores; O tradutor traduzido; Andanças e experiências de um tradutor técnico.
Escola de tradutores. 2ª ed. Rio de Janeiro, São José, 1956, 93 p.
Apresentação dos sete artigos da edição anterior, sendo acrescidos os quatro seguintes:
A Arte de Traduzir; As Lindas Infiéis; Um intérprete de Camões; A máquina de traduzir.
Escola de tradutores. 3ª ed. Rio de Janeiro, Edições de Ouro Culturais, 1967, 99 p.
Somente reimpressão da edição anterior.
Escola de tradutores. 4ª ed. Rio de Janeiro, Educom, 1976, 131 p.
Apresentação dos sete artigos da primeira edição mais quatro da segunda edição, sendo acrescidos os nove seguintes, além de um apêndice dedicado ao exame de três versões do poema "José", de Carlos Drummond de Andrade, para o francês, alemão e o inglês: O papel do tradutor; Conveniência e Inconveniências da Tradução; A Tradução no Mundo Moderno; As ciladas da tradução técnica; Pascal para brasileiros; Laclos quatro vezes, para quê?; Alexander ille Lenardus; A vingança do latim; Um pioneiro da tradução mecânica no Brasil.
Escola de tradutores. 5ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro, 1987, 171 p.
Apresentados todos os artigos anteriormente citados. Mudança do título do artigo "A vingança do latim", para "A desforra do latim". Acrescentado mais um artigo: A tradução mais difícil.
Escola de tradutores. 6ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, 171 p.
Somente reimpressão da edição anterior.

20 artigos, além do apêndice dedicado ao exame de três versões do poema "José", de Carlos Drummond de Andrade, para o francês, o alemão e o inglês. Na quinta edição de 1987, foi acrescido o artigo de número 21. Na 6ª edição de 1989, ocorreu somente a reimpressão da edição anterior.

A pertinência deste comentário está justamente em apresentar que o próprio Rónai parecia mostrar-se "incomodado" por algumas questões de nível teórico-práticas que o faziam revisar, alterar, acrescentar novas propostas e, é também possível dizer, novos modelos. Trato de apresentar aqui a leitura de um Rónai abalado pelo conflito teórico que envolve a questão da tradução.

Para isso, analisarei a última edição da obra *Escola de tradutores*, bem como das outras obras. Justifico iniciar minha reflexão a partir desta obra por considerar que a mesma constitui o marco inicial da reflexão teórica do autor acerca do tema.

Outro aspecto que também considero pertinente é o fato de o próprio título do livro suscitar uma reflexão. Ao titular a obra como *Escola de tradutores,* o autor parece querer transparecer a idéia de que é possível, por meio de sua experiência, de ensinamentos, torná-lo eminentemente prático, juntando-lhe um índice analítico, notas ao pé da página e exemplos nas mais variadas línguas.

Segundo Rónai, esse livro nasceu da reunião de artigos sobre assuntos de tradução, daí, explica ele, seu caráter fragmentado e alinhavado. Inicia sua reflexão afirmando que os artigos reunidos em *Escola de tradutores* foram compostos nos intervalos de aulas sobre outros assuntos e no meio de trabalhos escritos, os mais diversos.

Há, então, um comprometimento do autor em afirmar o caráter "prático" da obra, sustentado pela oposição teoria/prática, direcionando-se para a isenção de uma junção de ambas. Rónai afirma teorizar sobre o saber traduzir e não sobre a tradução, distanciando-se de uma teoria que aborda a linguagem em funcionamento. Rónai, como o apresentado no subtítulo, coloca-se como o teórico prático para falar sobre tradução.

Ottoni (1997), sobre esta questão, explica que:

> [...] muitos pensadores que produzem métodos, tanto para o ensino de língua estrangeira, como para tradução, apóiam suas descrições em fatos da *língua* e não no terreno da *linguagem*. O que fazem é provar que somente os dados da descrição do saber sobre a *língua* não são suficientes para saber a língua, a linguagem em funcionamento. Como pensar, então, nessa questão a partir da tradução? Parece que é mais complexo dizer que há uma diferença entre *saber sobre a tradução e saber traduzir*. Podemos afirmar que *saber traduzir* e não *saber sobre a tradução* é semelhante a *saber falar uma língua estrangeira sem saber sobre esta língua*? Esse tipo de questionamento tem implícita uma abordagem que faz a separação entre teoria e prática nos estudos da linguagem (p. 132; destaques do autor).

A partir da afirmação de Ottoni, é possível pensarmos que Rónai declara que sua obra tem uma característica fragmentada, que aponta para uma análise prática do processo tradutório, para não discorrer sobre a tradução, e sim sobre o traduzir. Ele se justifica como "prático" para não ter a obrigação de "teorizar".

Rónai, ao longo de sua argumentação, parece tentar sustentar a dicotomia que separa a teoria da prática. Como pensar, porém, em uma prática distante de uma teoria que a sustente? Como discutir a prática sem evocar reflexões teóricas? Como discutir a prática por meio de uma postura que supostamente separa o sujeito do objeto? Ao longo de minha discussão, tentarei, juntamente com o que chamo aqui de teorização de Rónai, responder algumas destas perguntas.

Logo no início do livro, Rónai afirma:

> [...] os artigos aqui reunidos foram compostos nos intervalos de aulas sobre outros assuntos e no meio de trabalhos escritos os mais diversos - numa palavra, em circunstâncias pouco favoráveis à unidade de composição. Mas, como vários leitores, ainda assim, me têm generosamente assegurado que o livrinho, tal qual, lhes prestou algum serviço, aqui vai ele conservando suas características primitivas e esperando compensar a *falta de sistematização* com a *amenidade do tom*. Em todo caso, para torná-lo mais *prático*, juntei-lhe um índice analítico. (p. 12; destaques meus)

Tal característica, que se constitui um comprometimento de ordem teórica, mesmo Rónai não querendo, mesmo através de seu tom modesto, de sua provável inconsciência, guiará sua reflexão centrada sobre tradução, especialmente no que diz respeito à dicotomia teoria/prática.

Mais à frente, Rónai afirma e parece ter consciência de não haver equivalências absolutas de uma língua para outra, sabia que poderiam existir várias traduções de um mesmo original, e não existir *a* tradução boa de um original. No entanto, afirmava que, para se elevar o conceito da categoria profissional, para se obter respeito e prestígio junto aos usuários dos serviços de tradução, junto às autoridades:

> *o tradutor deve conhecer todas as minúcias semelhantes da língua de seu original a fim de captar, além do conteúdo estritamente lógico, o tom exato, os efeitos indiretos, as intenções ocultas do autor.* Assim a fidelidade alcança-se muito menos pela tradução literal do que por uma substituição contínua. A arte do tradutor consiste justamente em saber *quando pode verter e quando deve procurar equivalências*. (p. 23; destaques meus)

Guiado por um idealismo recluso, o autor vai traçando algumas regras que o tradutor deverá seguir para atingir a tradução correta. Ao afirmar que o tradutor "deve conhecer todas as minúcias semelhantes da língua de seu original a fim de captar, além do conteúdo estritamente lógico, o tom exato, os efeitos indiretos, as

intenções ocultas do autor", Rónai encontra-se atrelado à língua enquanto instrumento estático e não à linguagem em funcionamento, conforme aponta Ottoni (op.cit.) na citação acima.

O processo tradutório parece consistir justamente no contrário do exposto pelo autor de *Escola de tradutores*. O texto a ser traduzido constitui um todo que somente é articulado quando o profissional tradutor o lê, o traduz, o transforma de acordo com sua língua, cultura, com suas estratégias de interpretação, de análise.

Enquanto fundador da ABRATES e procurando fazer com que o projeto-lei de regulamentação da profissão se tornasse realidade, Rónai revela em suas teorizações, conceitos do ato de traduzir e do papel do tradutor, que vão, de acordo com meu estudo, em direção contrária ao que ele demonstra na prática, ao trabalho que ele próprio realizou em *Mar de Histórias* e em outras inúmeras obras. Isso pode ser percebido quando o autor teoriza sobre a questão da tradução literal *versus* livre e da fidelidade.

Atrelado à questão da tradução literal *versus* tradução livre, Rónai afirma como o tradutor deve tratar o texto a ser traduzido, como deve portar-se em relação a esse. O autor declara que junto ao conceito de fidelidade encontram-se outros conceitos:

> [...] as palavras do autor não são sempre caracteristicamente dele, muitas vezes são peculiares à sua língua e intransponíveis em outras. O que fazemos então, em que pese ao defensor de doutrina tão saudável, é traduzir não as palavras, mas a idéia do autor,

> procurando reproduzir-lhe naturalmente com toda a *exatidão possível* os ingredientes lógicos e sentimentais. [...] Vertendo-o assim, estarei traduzindo-o literalmente? Claro que não. Nem por isso deixo de traduzi-lo *fielmente*; o que mostra, a meu ver, que há entre a tradução literal e a tradução livre, uma terceira, a literária, *precisamente aquela que devemos propor como objetivo*. (p. 28; destaques meus)

A afirmação do autor sobre o traduzir literalmente e fielmente nos leva a pensar que para ele tais conceitos são atingíveis no ato tradutório. É possível traduzirmos e obtermos uma tradução literal, se assim quisermos, e livre, se assim necessitarmos. Afirma que "Vertendo-o assim, estarei traduzindo-o literalmente? Claro que não. Nem por isso deixo de traduzi-lo fielmente". Atrelado ao conceito de fidelidade, a um sentido que está contido no original, vai delineando o perfil do tradutor profissional, ou supostamente o perfil do tradutor profissional ideal aos seus olhos, pelo menos naquela época em que se falava dos territórios interpostos da tradução literal *versus* tradução livre.

Rónai dá seu parecer sobre o Livro de Brenno Silveira *A Arte de Traduzir* (1954). Discorda de Silveira quando esse diz que não devemos traduzir apenas as idéias, mas sim as palavras do autor. Ele afirma que concorda com Silveira somente em relação a um aspecto: "[...] só posso concordar com o autor quando quer incutir nos tradutores, nossos confrades, consciência mais firme do seu *humilde sacerdócio* ao serviço da palavra humana". (p. 46 ; destaques meus)

Suas observações representam o extrato muito concentrado de um perfil para a profissão de tradutor. Ao fundar e conduzir a Associação de Classe - ABRATES - e ao teorizar sobre o tradutor e o ato tradutório, Rónai delineia valores que orientam e proclamam o papel e perfil do tradutor: um profissional que deve se orientar por regras de como traduzir, que "deve conhecer todas as minúcias semelhantes da língua, que deve captar, além do conteúdo estritamente lógico, o tom exato, as intenções ocultas do autor", que deve procurar equivalências, que deve ter consciência de seu humilde sacerdócio.

A questão da formação acadêmica do tradutor subjaz a toda essa discussão: seria possível ensinarmos aos nossos aprendizes o que praticam os tradutores brasileiros, o que sempre praticou o próprio Paulo Rónai? No que consiste ser tradutor? O que é afinal a tradução?

Escola de Tradutores constitui-se como um trabalho marcante nos caminhos percorridos por Rónai, por trazer à tona conflitos que são anteriores às suas discussões, que sempre estiveram presentes na questão da tradução. Embora saibamos da suma importância que repercutiu da obra de Rónai e de seus passos importantes para que a tradução saísse, nas décadas de 60 e 70, de um estágio amador para um estágio pré-profissional, suas reflexões encenam um conflito que permeia a questão da tradução e da profissão de tradutor.

O autor tenta desvencilhar-se da teoria e ensinar como se traduz na prática, conceito este que revela uma teorização nos moldes tradicionais, isto é, uma produção de "métodos práticos" para o traduzir, daí a separação teoria/prática, sujeito/objeto.

Ottoni (1997), mostra que:

> Para a produção de uma teoria, nos moldes tradicionais, é necessário separar o sujeito do objeto. A tradução e o ensino de línguas estrangeiras não se prestam a esta separação. Uma teoria neste caso é uma tentativa de dar conta do fenômeno da linguagem e essa separação sujeito-objeto fará sempre uma idealização, seja do lado da tradução, seja do ensino de línguas. Esta dicotomia, como vimos, é um feito constitutivo da ciência lingüística nos moldes logocêntricos. A separação idealiza esta dicotomia sujeito-objeto e cria, através de uma teoria ideal, uma prática também idealizada que deve ser transmitida através do ensino. (p. 132)

Como afirma Ottoni, muitos téoricos tentam, nos moldes tradicionais, dar conta do fenômeno da linguagem, separando o sujeito do objeto. Paulo Rónai assim o faz quando idealiza, por meio de seus exemplos, uma teoria de tradução que dê conta do significado, da linguagem. Sua tentativa de chegar a uma teoria idealizada também revela sua tentativa de chegar a uma prática idealizada, a traduções exatas, fiéis, a uma tradução ideal.

Em *Escola de Tradutores,* como o próprio nome revela, o autor coloca o leitor-tradutor no banco da "escola" e dá-lhe todas as regras de como se traduzir um texto, chama a atenção para o que pode ou não pode ocorrer, chama a atenção do leitor-tradutor para o que é ou não permitido se fazer ao traduzir.

Parece transparente no depoimento de Rónai, que o tradutor deve ser ensinado a traduzir e não, pelo menos propriamente, a falar sobre tradução ou saber o que teoricamente ocorre quando traduzimos. É o aprender a traduzir, em detrimento do saber sobre a tradução, se é que isto é possível.

Como o dito por Ottoni, podemos afirmar que saber traduzir e não saber sobre a tradução é semelhante a saber falar uma língua estrangeira sem saber sobre essa língua? Este tipo de questionamento traz de volta à discussão sobre uma abordagem que faz a separação entre teoria e prática nos estudos da linguagem.

2.2 *A Tradução Vivida*

Esse mesmo conflito também pode ser encontrado em sua segunda obra de maior importância *A tradução vivida*. Esta obra, como o próprio autor afirma, é um complemento e ampliação de *Escola de tradutores*. Possui três edições, sendo uma de 1976, outra de 1981 e a última de 1990.

Novamente, gostaria de salientar a importância de uma breve análise do título desta obra: *A Tradução Vivida*. Tal título deixa claro, como na obra anterior, o propósito do estudo: relatar na prática como a tradução ocorre. O autor aposta em critérios "práticos" da tradução, elementos esses que o "distanciarão" de uma teoria de tradução. Busca, nos termos *tradução vivida,* colocar-se não como teórico de tradução, mas como alguém que já vivenciou a prática tradutória e pode

relatar algo sobre ela. O título, como em *Escola de Tradutores*, assegura a Rónai estabelecer alguns critérios básicos e funcionais do que vem a ser o traduzir e não a tradução. Neste contexto, o leitor parece encontrar-se com um "professor" ministrando seus saberes. Trata-se de experiências concretas vividas no dia-a-dia de um tradutor que deixam transmitir seu caráter prático.

O autor explica que o volume nasceu de uma série de conferências sobre tradução proferidas nas Alianças Francesas do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, em 1975, a convite do Prof. Jean Rose, Delegado Geral da Aliança Francesa, no Brasil, a quem Rónai agradece cordialmente, em Nota do Autor, o precioso estímulo.

Ele divide o volume em oito capítulos intitulados respectivamente: Definições da tradução e do tradutor; As armadilhas da tradução; Os limites da tradução; Usos e abusos da tradução; As falácias da tradução; O desafio da tradução poética; Saldos de balanço e A Operação Balzac.

A divisão dos capítulos revela, assim como o título, o caráter prático e "professoral" da obra. Sempre chamando a atenção do leitor para uma tentativa de definir a prática, Rónai expõe as armadilhas que possui uma tradução, qual deve ser o limite desse suposto aprendiz, qual é o desafio do tipo de tradução que o autor considera a mais difícil, a literária. Por fim, termina a obra relatando sua própria experiência na obra de Balzac, como um professor que conta a seus aprendizes como deve ser feita uma tradução.

Valendo-se de exemplos de tradução por toda sua obra, vai delineando sua teorização. Revela a busca incessante pela análise do traduzir:

> É freqüente ver citados em obras de lingüística casos de ambigüidade curiosos como estas três orações: a) She made Harry a good wife; b) She made Harry a good husband; c) She made Harry a good cake ("Ela a) foi uma boa mulher para H.. b) fez de H. um bom marido; c) fez um bom bolo para H.") Na verdade, quase todos os vocábulos estão sujeitos a ambigüidades semelhantes. (p. 17)

O relato sobre a análise do processo tradutório das frases "She made Harry a good wife", "She made Harry a good husband", "She made Harry a good cake" mostra, mesmo Rónai nomeando tal conteúdo como prático, seu envolvimento também é teórico quando conclui "na verdade, quase todos os vocábulos estão sujeitos a ambigüidades semelhantes". O que Rónai faz, aqui, não se constitui numa prática tal qual idealiza em oposição à teorização, já que, em seguida, expõe: "o papel do tradutor torna-se regularmente mais importante; perde o que tinha de mecânico e se transforma numa atividade seletiva e reflexiva" (p.18; destaques meus). Ele revela, com modelos, qual deve ser o papel do tradutor.

O autor continua:

> Ao ouvirmos apenas a cadeia sonora formada pelos sons que compõem a nossa palavra "ponto", - de que Mestre Aurélio consigna, em seu *Novo Dicionário*, nada menos de quarenta e quatro acepções principais -, não sabemos se se trata de pedaço de linha que fica

> entre dois furos de agulha ao coser; ou da interseção de duas linhas; ou de parte da matéria ensinada; ou de sinal de pontuação; ou de parada de ônibus; ou de livro de presença; ou de empregado de teatro que sopre aos atores, etc. (p. 18)

Tais exemplos percorrem toda a reflexão do autor, deixando a entender ao seu leitor-tradutor que "tome cuidado" com as especificidades da língua, pois estas podem dificultar seu trabalho. É como se Rónai tivesse colocado ao aprendiz todas as acepções possíveis da palavra "ponto" e conseguisse advertir as armadilhas que esse mesmo aprendiz pode encontrar durante o processo.

Uma armadilha de que Rónai não se dá conta, levado pela tradição de se pensar a tradução como movimento automático, levado por um prisma idealizador, porventura até inconsciente, é que esse suposto tradutor-aprendiz pode encontrar-se em situações diferentes das apontadas por ele, além de poder interpretar tal palavra de maneira distinta, isto é, sintonizado com o tempo, o lugar, a cultura, o contexto em que se encontra inserido.

Ao definir o tradutor e a tradução, no início do livro, ele comenta:

> Leio num recente artigo de jornal italiano que a tradução é como filtro colocado entre o autor e o leitor. Dizia John Lehmann que falar em tradução era como conversar sobre o vidro de um quadro, quando o que devia monopolizar a nossa atenção era evidentemente a pintura. Houve também quem assemelhasse o ato de traduzir ao transvasar

> um líquido de uma garrafa esférica noutra, de forma cilíndrica (Tatiana Fotitch), ao que Sir John Denham, em 1656, com séculos de antecipação, respondera que a poesia era um líquido tão fino que, transvasado de um idioma para o outro, se evaporava todinho. (p. 23)

Utilizando autores, pensadores que metaforizaram a tradução, Rónai mostra analogias do que se pensa sobre esta, isto é, de que forma certas imagens são empregadas para se falar de tradução.

As metáforas apontadas por ele não revelam, no entanto, o que Rónai pensa sobre a tradução, já que seu "depoimento" valoriza a definição da prática tradutória. Através das metáforas, ele revela a dificuldade que constitui o perfil do tradutor e da tradução apontada pelos autores.

Paulo Rónai busca, no conflito da própria questão da tradução, circunscrever exemplos, possibilidades e depoimentos sobre esta, uma vez que seu percurso é sempre via o que ocorre "na prática". Ele conduz um estudo comparativo, longe da cientificidade e do "teórico", entre moldes e fórmulas, onde o tradutor profissional ou aprendiz deve ser capaz de saber reconhecer os problemas e quais seriam suas soluções:

> Ao encontrar, num diálogo em francês moderno, a locução *par exemple*, o profissional capaz de raciocinar chegará naturalmente à conclusão de que ela não equivale a por exemplo, mas a alguma

> exclamação do tipo "ora essa!" É, porém, difícil dizer como se consegue esse ingrediente. (p. 29)

É importante notar que as afirmações de Rónai apontam para sua própria experiência enquanto tradutor. Argumenta que o profissional chegará naturalmente à conclusão de que a expressão *par exemple* não equivale a "por exemplo", mas a alguma exclamação do tipo "ora essa", quando sabemos que isto pode não ocorrer, muito menos naturalmente, já que todo leitor, enquanto sujeito, pode chegar a outra conclusão. É conduzir o leitor a entender o que faria Rónai em tal situação, isto é, ele teoriza sobre qual seria sua própria "prática".

Nessa mesma passagem, o autor continua: "Aí é que os nossos cursos de tradução poderiam vir em auxílio de seus alunos pelo comentário e análise de traduções já publicadas, apontando os casos onde a sua falta redundou em prejuízo" (p. 29). Tal comentário já sinaliza para a discussão que aqui proponho sobre os elos que se formam entre o processo de regulamentação do exercício da profissão de tradutor e a formação acadêmica.

A argumentação de Rónai vai revelando as oposições teoria/prática, à medida que este tenta sistematizar uma prática:

> A tomada sistemática de notas, a organização de uma lista de equivalências, de um rol de termos específicos do texto, de uma relação de frases feitas ou locuções figuradas constituem o complemento racional desse *método*. (p. 33; destaque meu)

A tentativa de estabilidade na instabilidade pressupõe um modelo de teorizar sobre tradução que, nos moldes da lingüística tradicional, tenta civilizar o fenômeno. Ottoni (1997, p. 129) relata, neste sentido, que: "A tentativa da lingüística tradicional era e continua sendo, em muitos casos ainda, uma maneira de domesticar, de dominar e aprisionar o fenômeno da tradução".

Rónai, parecendo estar de acordo com os moldes de uma lingüística estrutural, tradicional, valoriza a confecção de modelos de como se traduzir. Tais modelos são apresentados em forma de depoimentos, de ensinamentos que apontam, nas palavras de Ottoni, para uma forma de domesticação, dominação, aprisionamento do fenômeno da tradução. É o mestre dando ao aprendiz as fórmulas exatas de "passar" pela prova; caso o aprendiz acrescente ou retire algo dessa fórmula, ele não terá aprendido a lição do mestre e não terá a nota merecida, a nota que se espera dele.

Rónai afirma:

> Na realidade, a tradução é o melhor e, talvez, o único exercício realmente eficaz para nos fazer penetrar na intimidade dum grande espírito. Ela nos obriga a esquadrinhar atentamente o sentido de cada frase, a investigar por miúdo a função de cada palavra, em suma *a reconstituir a paisagem mental do nosso autor e a descobrir-lhe as intenções mais veladas*. (p. 31; destaques meus)

A tradução pode até obrigar a esquadrinhar atentamente o sentido de cada frase, mas ainda permanece a impossibilidade de podermos descobrir as *intenções mais veladas do autor*. Isso ocorreria na suposição de um sujeito isento em relação à língua e à cultura, na suposição da estabilidade do sentido.

Uma só tradução pode suscitar diferentes leituras quantos forem os tradutores. Rónai, parece ter consciência disso, porém tenta ensinar o oposto. Uma vez mais, as questões que aqui discuto revelam o que chamo de turbulência, de oposição da tradução ao enquadramento, à sistematização e Rónai encontra-se em meio a esta turbulência, ou seja, é o seu próprio conflito. Mesmo consciente da complexidade do traduzir, ele tenta circunscrever modelos que dêem conta, anulem ou amenizem esta turbulência:

> Uma frase latina tão simples como *Puer ridet* deve ser traduzida em três palavras por "o menino ri" ou "Um menino ri", embora nenhum dicionário no mundo dê como equivalente de *puer* "o menino" ou "um menino". A *Je vous en prie* corresponde em português "por favor"; a *so long* e a *arrivederci*, "até logo"; a *Ministère des Affaires Etrangères*, "ministério das Relações Exteriores". Ora, ninguém pode qualificar essas traduções de livres, já que representam as únicas versões possíveis, exatas e fiéis das fórmulas originais. (p. 19)

Ao mesmo tempo que o autor reconhece a complexidade do tema, ao mesmo tempo que reconhece que a tradução não é uma atividade puramente

mecânica em que o indivíduo, conhecedor de duas línguas, vai substituindo, uma por uma, as palavras de uma frase na língua A por seus equivalentes na língua B, ele formula métodos, enquadra algumas traduções como sendo os únicos equivalentes possíveis, exatos e fiéis de um original. A questão que aqui chamo de turbulenta é que tais exemplos justamente mostram, em suas diversidades, em suas especificidades e peculiaridades, porque é difícil elaborar um modelo, um método, um código, um manual, um guia prático de tradução. As traduções possíveis das palavras são variadas e imprevisíveis, daí a resistência da tradução ao enquadramento em modelos práticos.

2.3 Guia Prático da Tradução Francesa

Afastando-se ainda mais de uma "teoria" de tradução, Paulo Rónai escreve pela Difusão Européia do Livro em 1967 a obra *Guia Prático da Tradução Francesa*, a qual teve duas reedições posteriores, a de 1975 e a de 1983.

Como podemos perceber, o título *Guia Prático da Tradução Francesa* revela, como nas obras anteriores, o caráter prático das obras de Rónai. A própria palavra *guia*, que se remete ao significado do ato ou efeito de guiar, governar, dirigir, conduzir, regrar, já deixa claro o propósito do autor: conduzir o tradutor a uma prática ideal. Sem maiores pretensões, como ele próprio afirma, a obra tem intenção de ensinar, dirigir, guiar o seu aprendiz acerca dos problemas que podem surgir num texto a ser traduzido.

O autor revela que a obra não tem outras intenções, senão fornecer aos tradutores das línguas francesa e portuguesa, algumas "armadilhas" de uma língua para outra:

> Apresenta-se ele sem maiores pretensões, com o objetivo *meramente prático*. Nele tratei de relacionar as "armadilhas" que mais a miúdo se nos deparam em textos franceses. Não há, entre as cincadas assinaladas a seguir, nenhuma que eu não tenha encontrado, não digo apenas em exercícios escolares, mas também em trabalhos de adultos, especialmente em testes de tradução. (p. 7; destaques meus)

Rónai, ao longo da obra, vai "ensinando" o tradutor a traduzir. Apontava como devem ou não ser traduzidas determinadas palavras, como por exemplo:

> **dégoûter** (v.t.) não se traduz por DESGOSTAR, e sim por ENJOAR, REPUGNAR: Ce type me dégoûte, "Este sujeito me repugna". (p. 38)

> **essence** (s.f.) traduz-se por ESSÊNCIA em duas acepções: quando significa substância, natureza fundamental: l'essence divine de l'homme, "a essência divina do homem", e quando se refere a um óleo vegetal: essence de roses. (p. 45)

> **exquis** (adj.) não deverá ser vertido por ESQUISITO (em fr., bizarre), e sim por FINO, REQUINTADO: un déjeuner exquis, "um almoço fino". (p. 47)

Parece haver, como podemos perceber, um comprometimento do autor com um modelo do traduzir, direcionado para a tentativa de estabilizar significados, sejam das ditas "armadilhas", sejam de outras acepções em língua francesa.

Mesmo afirmando o contrário, o comprometimento de Rónai também é teórico à medida que tece modelos e regras de como se traduzir distanciando o profissional da subjetividade, da autonomia, do contexto em que se encontra a palavra, da tomada de decisão por um termo e não por outro. Esse comprometimento e descompasso entre a teoria e a prática se refletem nas teorias de tradução, tanto nas mais tradicionais como nas atuais, sobre a intervenção do tradutor, sobre a autonomia e visibilidade.

Rónai comenta:

> Note-se, porém, que compreender aproximadamente um texto não é traduzi-lo. As dificuldades repontam quando começamos a transpô-lo por escrito, *tentando interpretar com exatidão cada palavra*. O fato é que, apesar de grande o número de pessoas que têm noções de francês, não é fácil encontrar alguém capaz de verter corretamente uma página escrita nessa língua. Que o digam os nossos editores.

> Quantas vezes não terão recebido até de intelectuais familiarizados com a civilização francesa traduções imprestáveis, cheias de erros de interpretação, solecismos, galicismos e barbarismos de toda espécie! (p. 8; destaques meus)

Se percorrermos a fundo o dito por Rónai, poderíamos indagar o que caracterizariam como imprestáveis algumas traduções? Como definiremos os erros de interpretação/tradução, solecismos, galicismos, barbarismos?

Rónai teoriza sobre a prática sem se dar conta disso, fala sobre a tradução, sobre o traduzir e sobre o tradutor em nome de uma prática, do ser prático e analítico.

As teorizações de Rónai são passíveis de questionamentos, uma vez que ele tenta falar do traduzir como um processo mecânico, estável, onde ordena que uma palavra, como por exemplo *exquis (adj.), não deverá ser vertido por ESQUISITO (em fr., bizarre), e sim por FINO, REQUINTADO: un déjeuner exquis, "um almoço fino"*.

Ao refletir sobre algumas passagens das principais obras de Paulo Rónai *Escola de Tradutores*, *A Tradução Vivida* e *Guia Prático da Tradução Francesa*, é possível caracterizar, em meu estudo, a teorização de Rónai. Seu trabalho, nas três obras, bem como em muitos outros textos, revela uma aparência "prática". Ele "teoriza" na "prática" e torna-se vítima dessa teorização, estando sempre preso a ela, envolvido por ela. Essa característica é também identificada em outros trabalhos do autor.

UNICAMP

2.4 As divergências teóricas em Paulo Rónai

Em alguns de seus artigos, prefácios e depoimentos, continuamos a verificar algumas das características peculiares do autor. Seu ar professoral persiste como uma dessas características, na tentativa de convencer o leitor de que o tradutor experiente tem modelos de como se traduzir que podem auxiliar o profissional-aprendiz no seu ofício.

A revista *Tradução e Comunicação*, revista brasileira de tradutores impressa em São Paulo pela editora Álamo (Revista Bienal do Departamento Editorial do Centro Hispano-Brasileiro de Cultura da Faculdade Ibero-Americana de São Paulo), foi uma publicação pioneira no campo dos estudos da tradução no Brasil.

A revista empreendeu-se em colocar, em cada um de seus números, as tendências teóricas da disciplina tradução, tendências essas de interesse de todos os tradutores e estudiosos, tanto na época de suas primeiras publicações, como nos dias de hoje.

Rónai, na Revista *Tradução e Comunicação,* nº 2 (1982) , expõe:

> Mal recebi o convite para pronunciar uma conferência sobre a minha experiência mais importante de tradutor - e recebi-o com prazer por achar que as experiências de cada um de nós contém algo de útil para os que praticam o mesmo ofício - senti dúvidas sobre a escolha do assunto. De início, pensei na edição brasileira de *A comédia*

> *humana*, de Balzac, grande iniciativa da nossa indústria editorial, constante de 17 volumes alentados, que tive a alegria de dirigir de 1945 a 1955. (p. 1)

Mesmo não se considerando um teórico da tradução, Rónai coloca-se como tal uma vez que faz de sua própria prática uma maneira de falar da tradução. Para ele, a tradução de *Mar de histórias*, sua maior experiência, constituiu-se em uma oficina tradutória, que o fez sentir quão criterioso e minucioso é o trabalho de um tradutor:

> Estou-me referindo a Mar de histórias, vasta antologia do conto mundial, começada há quase 40 anos em colaboração com meu querido amigo e mestre Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o grande lexicógrafo, reconhecido e estimado de todos. Essa longa tarefa, ainda em andamento, tem-nos obrigado não somente a traduzir textos de todas as épocas, proveniências e espécies, mas a enfrentar todos os problemas que podem surgir diante de um tradutor literário, inclusive os trabalhos conexos de história literária, seleção e crítica de textos, sua apresentação e anotação. (p. 2)

É a presença constante do mestre que "conta" aos seus aprendizes como iniciar tarefa de semelhante importância.

Rónai menciona que, dentro da coleção *Mar de Histórias*, alguns trechos já haviam sido traduzidos. Porém, sua experiência lhe falava que seria incidir em um erro gravíssimo utilizar na coleção contos já traduzidos, principalmente depois do cotejo que ele havia feito entre originais e suas traduções. Ele questiona o feito por alguns tradutores afirmando:

> Especialmente em se tratando de jornais ou revistas, as traduções, salvo louváveis exceções, eram feitas de carregação, faltando-lhes muitas vezes o começo, o fim ou o sentido geral. O tradutor, quando se encontrava diante de uma dificuldade insolúvel, preferia cortar o trecho inteiro. Outras vezes por motivos de ordem gráfica desapareciam partes essenciais. *A infidelidade nem sempre era voluntária: quando, por ignorância da língua do original, o tradutor utilizava uma versão intermediária, geralmente francesa, aceitava o texto tal qual, por mais mutilado que fosse. E era impossível saber quando o trabalho não era feito sobre o original, pois em regra geral os tradutores não citavam as suas fontes*. (p. 9; destaques meus)

Mais uma vez, inerente ao conflito teórico em que se encontra o autor, podemos indagar, e aqui, novamente, faço menção à citação de Ottoni (1997), se saber traduzir e não saber sobre a tradução é semelhante a saber falar uma língua estrangeira sem saber sobre essa língua. Um dos pontos valorizados pelo autor é o da fidelidade ao original. Ele associa a ignorância da língua do original à questão

da fidelidade. Afirma que "era impossível saber quando o trabalho não era feito sobre o original, pois em regra geral os tradutores não citavam as suas fontes".

Em busca de uma "tradução ideal", que não provocasse dúvidas, Rónai parece não levar em consideração que também seria impossível verificar a (in)fidelidade atingida ou não pelo tradutor. Como avaliar se realmente tal processo foi voluntário ou não?

A tradução exerce justamente papel de possibilidade, de subjetividade, de transformação. Rónai parecia ser consciente disso, mas procurava a tão almejada fidelidade que ele próprio não menciona a que ou a quem, procurava uma resolução para o turbulento processo tradutório:

> [...] *punha-me a traduzir com a maior fidelidade possível, ainda que com prejuízo do estilo*. Quando uma solução não me contentava, adotava duas ou três superpostas. Datilografava essa versão provisória, era ela submetida à revisão de Mestre Aurélio para que ele lhe desse forma portuguesmente satisfatória e por sua vez a mandasse datilografar. (p. 9; destaques meus)

O autor "ensina" aos aprendizes que a busca por essa fidelidade constitui-se em um método, uma fórmula de se chegar à tradução ideal. Para ele, mais do que a tradução ideal, o que existe é a tradução única e perfeita de uma palavra por seu equivalente na língua de chegada:

> Por mais honesto que fosse este método, tinha o seu perigo em meu conhecimento ainda insuficiente do português. Quando iniciamos o trabalho, eu mal tinha dois anos de Brasil: e se por força das circunstâncias já sabia me virar em português na vida diária, ignorava as riquezas, os matizes, as finezas, a sinonímia, a fraseologia, os níveis da língua. Ainda que entendesse o original de maneira perfeita, fatalmente havia de empobrecer-lhe o vigor devido à minha falta de conhecimento amplo e instintivo do português do Brasil. Não bastava, pois, entregar o meu rascunho a Aurélio, era necessário estar presente durante a revisão dele, para assinalar-lhe e explicitar oralmente os trechos críticos. *Muitas vezes, antes que eu abrisse a boca, Aurélio já topava com o equivalente perfeito, prova inequívoca de que naquele lugar só cabia mesmo aquela tradução e não outra.* (p. 10; destaques meus)

Ao mencionar que, "muitas vezes, antes que eu abrisse a boca, Aurélio já topava com o equivalente perfeito, prova inequívoca de que naquele lugar só cabia mesmo aquela tradução e não outra", Rónai parecia acreditar na estabilidade da língua em seu processo tradutório, sem mencionar que aquela era uma das leituras possíveis a que Aurélio havia chegado. Toda sua argumentação permanece na turbulência, turbulência inerente à tradução, e que o toma sem que ele mesmo possa dominá-la.

Ele sempre teve consciência da tão complexa área da tradução. As divergências estão justamente em tentar colocar a prática tradutória longe de uma teoria que a suporte. Rónai, ao mesmo tempo que relata não ser profissional, não conhecer a língua a fundo, tenta aplicar métodos que dirijam a prática. Encontra-se em meio ao descompasso de uma profissionalização *versus* amadorismo, em contraposição com a definição de quem pode ser tradutor. Ele próprio não se preocupa em fazer tal ligação, já que se propõe a um trabalho eminentemente "prático".

Ao ter que traduzir contos de cujo idioma desconhecia, recorria a falantes do mesmo. Porém, afirma que tais falantes não reconheciam a problemática das questões tradutórias, que somente um profissional da tradução as conhece e reconhece:

> [...] encontram-se, sobretudo na primeira metade da obra, traduções feitas por terceiros, diretamente do hebraico, do esloveno, do polonês, do tcheco, do búlgaro, do dinarmaquês, gaélico, do letão... naturalmente remanejadas por Aurélio. Porém, apesar da boa vontade encontrada, estamos renunciando cada vez mais à participação de terceiros [...]. *Seu conhecimento limitado do português leva os nossos convidados à sua revelia a simplificar demais, a só parcialmente dar idéia da riqueza de expressão do original, a recorrer a uma espécie de basic português. Salvo uma ou duas exceções, não eram tradutores e embaraçavam-se em*

> *problemas que um profissional de alguma experiência elimina instintivamente*. (p. 11; destaques meus)

Estabelece-se, na argumentação de Rónai, um descompasso entre a teoria e a prática. Afirma não teorizar sobre tradução, mas diz quem pode traduzir e como deve fazê-lo. Talvez não seja possível afirmarmos que os tradutores, mesmos os profissionais, têm experiência instintiva para solucionar problemas da prática. Essa *experiência instintiva* advém de uma experiência e capacidade próprias de Rónai. É ele quem possui tal experiência e pode avaliá-la, já que se torna impossível verificarmos tal experiência em relação a outros tradutores. O fato de ser tradutor profissional não garante uma prática perfeita, como a idealizada por Rónai.

A característica de Rónai em relatar suas experiências, afirmando serem escritos que fornecem um caráter prático sobre tradução e língua, pode também ser verificada por meio do prefácio da obra de única edição *Pois é* (1990):

> [...] como resistir à tentação de salvar do cemitério dos jornais e das revistas duas dúzias de escritos feitos para *transmitir um recado, dar um depoimento, comunicar uma experiência rara* [...]. Não esperem deste livro nenhuma doutrina orgânica e coerente. Aceito, para ele também, a pecha de impressionista. Nem reclamem, se em alguns trabalhos, não encontrarem o distanciamento sentimental tão desejável no ensaio. [...] Mas a intenção era explicar o título. Talvez

> ele se deva entender apenas como uma retomada de contato com o leitor, a quem cordialmente convido a um bate-papo, eventualmente a uma troca de idéias. (p. 7)

Paulo Rónai não admite que suas obras, longe de serem somente um bate-papo, compõem-se de tratados, modelos, guias, fórmulas que utilizou para traduzir Balzac, para traduzir os contos em *Mar de histórias* e tantas outras traduções que realizou. Sobrepõem-se o teórico e o prático em suas obras, o desejo por uma formação acadêmica que dê conta da prática, o desejo de se regulamentar a profissão e, finalmente, poder dizer quem pode traduzir e de que forma deve fazê-lo, o que na verdade constitui uma tentativa de saída ou, pelo menos, a busca por uma saída, desse conflito, dessa relação turbulenta em que se encontram Rónai, a tradução e os tradutores.

TERCEIRO CAPÍTULO

3. O ponto de partida: a fundação da ABRATES - Associação Brasileira de Tradutores[7]

> "O português, como o aprendi, Paulo Rónai conta, fagueiro.
> Outra façanha dele eu vi: aprendeu a ser brasileiro."
>
> Carlos Drummond de Andrade
> *A Tradução Vivida* (Prefácio)

Houve, entre os anos 1970 e 1974, grande crescimento econômico no Brasil. A economia brasileira se internacionalizava, em plena associação com o capital estrangeiro. O Estado brasileiro mudava de função: durante os anos de populismo, seu principal papel era intermediar as relações entre a burguesia nacional e os trabalhadores.

O governo de Emílio Garrastazu Medici, nessa época, foi responsável, assim, pelo advento do chamado "milagre". Nesse momento, o futuro prometido na década de 60 havia chegado, todos conseguiam atingir seus objetivos mais imediatos. E, possivelmente, valendo-se dessa situação, a ABRATES foi fundada tentando conseguir, não só "um lugar ao sol" para os tradutores, mas também a tão sonhada regulamentação da profissão.

Fundada em 21 de maio de 1974, Raymundo Magalhães Júnior declara constituída a Associação Brasileira de Tradutores - ABRATES - da qual fora designado presidente, tendo como 1° vice-presidente Clóvis Ramalhete Maia, 2° vice-presidente Marco Aurélio de Moura Matos, 1° secretário Paulo Rónai e tesoureiro Daniel da Silva Rocha.

---

[7] Em anexos, encontra-se a Ata da Fundação da ABRATES, material que consta do acervo da ABRATES/SINTRA na cidade do Rio de Janeiro.

Com estreita cooperação da SBAT (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais), a ABRATES inicia sua operante trajetória, cujas finalidades eram a de melhorar as condições de trabalho do tradutor e aprimorar a qualidade profissional da tradução.

Caracterizando-se como uma associação sem fins lucrativos, a ABRATES vai tentar coordenar, defender e representar os direitos e interesses do tradutor de obra literária, científica ou técnica, tratando do reconhecimento efetivo do tradutor e sua equiparação ao autor quanto aos efeitos de sua atividade.

Inicialmente, os membros da diretoria da ABRATES deram ênfase às reuniões junto aos seus associados. Debatia-se o papel extremamente importante que desempenham os tradutores e as traduções nos intercâmbios internacionais, no campo da ciência, da arte e da cultura, particularmente ao tratar-se de obras escritas ou traduzidas para línguas menos difundidas. Ao considerar a tradução tarefa que favorece a compreensão entre os povos e a cooperação entre as nações, facilitando a divulgação, além das barreiras lingüísticas, das obras literárias, científicas e teóricas, assim como a troca de idéias, a ABRATES elabora o projeto-lei para a regulamentação do exercício da profissão de tradutor no Brasil. O problema das críticas às traduções de todos os gêneros, bem como aos tradutores, o problema da relação tradutor-editor, a questão dos direitos autorais do tradutor, a questão da remuneração, levaram os membros da diretoria da referida associação a formularem um projeto-lei que definisse quem realmente estaria apto a exercer uma profissão, como poderia exercê-la e sob quais condições. Aos olhos da ABRATES, assim como o autor, o tradutor tem o direito

de ver o seu trabalho publicado e de receber dignamente por ele, daí a urgência e a importância do reconhecimento legal da profissão.

Depois de analisado, o presente projeto-lei foi engavetado pelo Ministério do Trabalho, ainda em meados de 1977, o que fez com que o sonho de promover a equiparação dos tradutores aos autores das obras ditas originais não se concretizasse. Não somente o Ministério do Trabalho não aprovou o referido projeto, como o mesmo também levantou questionamentos por parte da Seção Paulista ABRATES, cujo diretor, naquela época, Prof. Dr. Francis Henrik Aubert, em documento enviado à ABRATES, afirmou serem os itens II e IV do projeto-lei[8] fortes brechas que permitiriam aos diplomados em curso complementar de tradução em nível superior de um ano de duração, exercerem legalmente a profissão de tradutor, contribuindo para a proliferação de cursos de curta duração, com a conseqüente e inevitável queda do nível de ensino de tradução no País.

Em meio a esse cenário, é possível perceber a problemática que envolve a profissão de tradutor: de um lado, o desejo de profissionalização da profissão; de outro, a falta de argumentação suficiente e consistente o bastante que a sustentasse. Esse descompasso, que rege minha reflexão em torno da profissão, é caracterizado, conjuntamente, pelas teorizações de Rónai ao tentar justificar sua posição de "prático" da tradução.

Segundo Wyler (1995):

[8] O projeto-lei de regulamentação do exercício da profissão de tradutor compõe o item dois deste terceiro capítulo: "A organização do projeto-lei de regulamentação do exercício da profissão de tradutor".

> A inclusão do "36º grupo - Tradutores" na Confederação Nacional das Profissões Liberais por Portaria do Ministério do Trabalho ocorreu em 1988. Essa medida oficial permitiu a transformação da Associação Profissional de Tradutores do Rio de Janeiro - ABRATES em sindicato, mas não trouxe a necessária regulamentação. (p. 19)

A profissão de tradutor, nos dias de hoje, é enquadrada no rol das profissões liberais. Porém, podemos perceber, com base na afirmação de Wyler, que, mesmo sendo assim enquadrada, o processo de regulamentação não ocorreu. Isso porque parece ser preciso, antes disso, se é que é possível, estabelecer parâmetros da formação acadêmica do profissional para dizermos quem poderá ser tradutor, para depois dizer quem, legalmente, pode traduzir.

O fato de a profissão de tradutor não ser regulamentada resulta na evasão dos cursos já existentes de tradução, resulta no eterno amadorismo que envolve a profissão.

Wyler observa:

> A inexistência de regulamentação faz com que grande número de tradutores prefira continuar professor, médico, engenheiro, advogado, enfim, o que sejam de formação, a assumir publicamente uma profissão sem garantias trabalhistas. (p.19)

Pela mesma razão apontada por Wyler, percebe-se que os recém-formados desistem da profissão, deixando o mercado livre para amadores. Percebe-se,

ainda, que há um caminho híbrido entre a definição de quem é o tradutor e o professor/conhecedor de língua estrangeira.

A regulamentação da profissão vai ao encontro de necessidade da definição dos parâmetros da formação acadêmica do tradutor, elas estão intimamente ligadas e ao mesmo tempo conturbadas pela própria questão da tradução, do que é traduzir, de como se dá o ato tradutório. São essas mesmas questões que conturbam as teorizações de Rónai acerca da prática (e da ausência de uma "teoria" em suas obras) de tradução, acerca da profissionalização, acerca da definição de quem é o profissional tradutor, aquele que deve traduzir por métodos, aquele que deve passar por um curso de tradução.

Permanecem, mesmo assim, alguns questionamentos em relação à regulamentação: e se o Ministério do Trabalho[9], na ocasião, tivesse aceitado a regulamentação da profissão? E se o Prof. Francis Henrik Aubert, na época Diretor da Associação Paulista de Tradutores, tivesse também se manifestado a favor do projeto-lei (sabemos que sua interferência não influenciou no parecer desfavorável do projeto)? Seriam os tradutores reconhecidos unanimemente? Estaria a formação acadêmica do tradutor por fim resumida em um ou quatro anos de duração?

Para se promover, talvez, essa regulamentação, a tradução precisa deixar de ser vista como um processo automático, isento de variações, interferências,

[9] Em seu depoimento, a tradutora Regina Helena Elias Alfarano relatou que o projeto-lei de regulamentação da profissão de tradutor foi engavetado no Ministério do Trabalho, sendo que parte do processo encontrava-se mutilado. A tradutora relatou dar ciência do fato à ABRATES e pedir a esta respaldo para ir aos jornais denunciar que faltavam páginas no processo. A ABRATES, segundo Regina Alfarano, "não teve coragem para ir aos jornais e denunciar a negligência e desinteresse do Ministério do Trabalho naquela época".

influências, para que depois possamos pensar na definição dos parâmetros da formação acadêmica do tradutor e, por fim, na regulamentação da profissão. Enquanto perdurar a tradição de que o ato tradutório é meramente mecânico e passível de sistematização, não precisaremos definir quem poderá legalmente traduzir e tampouco precisaremos regulamentar a profissão, os amadores poderão continuar a fazê-lo.

3.1 A organização do projeto-lei de regulamentação do exercício da profissão de tradutor

SUGESTÃO DA ABRATES PARA O RECONHECIMENTO LEGAL DA PROFISSÃO DE TRADUTOR

Rio de Janeiro, 22 de março de 1977.

Ao Sr. Dr. Renato de Oliveira Rodrigues

Gabinete do Ministro do Trabalho

Ministério do Trabalho

Brasília - DF

Dispõe sobre o reconhecimento da profissão de tradutor de textos e seu exercício, e dá outras providências.

Art.1° - A profissão de tradutor de textos fica por este ato reconhecida com as qualificações e atribuições nele estabelecidas.

Art.2º - O exercício da profissão de tradutor de textos é privativo:

I- dos diplomados por cursos completos de tradução de nível universitário, de quatro anos de duração mínima, reconhecidos ou autorizados na forma da lei;

II- dos diplomados por outras Faculdades que disponham de certificado de um curso complementar de tradução de nível superior, de um ano de duração mínima;

III- dos diplomados em cursos completos de tradução de escolas superiores estrangeiras, com diploma revalidado ou reconhecido no Brasil;

IV- dos diplomados em outras Faculdades estrangeiras que disponham de certificado de um curso complementar de nível superior de tradução, de um ano de duração mínima;

V- dos que, embora não diplomados nos termos dos itens anteriores, tenham exercido ou exerçam, comprovadamente, a função de Tradutor de Textos até a data de início da vigência desta lei.

Art.3º - Compete ao Tradutor de Textos traduzir ou verter, por escrito, de uma língua para outra, texto literário, científico, técnico especializado, destinado à publicação em livro, revista, jornal ou qualquer outro meio de reprodução, ou a ser utilizado por teatro, cinema, radiofusão, televisão ou qualquer outro meio de divulgação, e por empresas comerciais e industriais, entidades e instituições.

Art. 4º - O exercício da profissão de Tradutor de Textos depende de registro na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho.

Art. 5º - Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

No Art. 1°, coloca-se que "a profissão de tradutor de textos fica por este ato reconhecida com as qualificações e atribuições nele estabelecidas". Poderíamos dizer que a partir deste artigo começam a surgir as primeiras inconformidades. Se o projeto propõe-se a regulamentar a *profissão*, seria viável fazê-lo nos diversos ramos da categoria, como, por exemplo, no dos tradutores-intérpretes, ou tradutores de "textos orais", ou simplesmente não fazer distinção, já que a Federação Internacional dos Tradutores reconhece o *tradutor*, não o tradutor de textos, ou intérprete. A regulamentação da profissão de médico não beneficia somente o ortopedista ou o clínico geral. Seria viável, em conformidade com as outras profissões consagradas no Brasil, verificar todos os ramos nos quais atuam os tradutores e intérpretes para se elaborar um projeto de regulamentação da profissão.

O Art. 2º rege que "o exercício da profissão de tradutor de textos é privativo dos diplomados por cursos completos de tradução de nível universitário, de quatro anos de duração mínima, reconhecidos ou autorizados na forma da lei". Primeiramente, para se colocar que poderão traduzir os diplomados por cursos

completos de tradução de nível universitário com quatro anos de duração, seria preciso estudar um currículo mínimo para o curso, currículo este que necessitaria ser estudado, levando-se em conta, também, os vários ramos de atuação do tradutor no mercado atual. Esse currículo inexiste e os cursos de formação de tradutores contam, nos moldes de escolas tradicionais, com uma carga excessiva de práticas tradutórias sempre em detrimento de uma teoria que reflita sobre a atividade, sobre o saber sobre a tradução.

O mesmo problema se coloca em relação ao item II "dos diplomados por outras Faculdades que disponham de certificado de um curso complementar de tradução de nível superior, de um ano de duração mínima". No que consistiria um curso complementar de formação de tradutores com um ano de duração mínima? A carga-horária suplementar abarcará que disciplinas? Por quais disciplinas deverão passar os tradutores que não estiveram por quatro anos na universidade?

O currículo mínimo de um curso superior em tradução necessitará estar parcialmente equiparado ao das escolas estrangeiras, para se concretizar o dito no item III deste artigo que rege sobre os "diplomados em cursos completos de tradução de escolas superiores estrangeiras com diploma revalidado ou reconhecido no Brasil". Mais uma vez cito, aqui, a categoria dos médicos brasileiros, que possuem um currículo mínimo quase que semelhante aos existentes na maioria das universidades do exterior.

Semelhante à problemática apontada no item II deste Art. 2º, para que os diplomados em outras Faculdades estrangeiras que disponham de certificado de um curso complementar de nível superior de tradução, de um ano de duração

mínima, tenham os mesmos direitos dos tradutores que estiveram quatro anos nas escolas de nível superior, seria necessário formular um currículo mínimo no Ministério Brasileiro de Educação.

A problemática, ainda maior, se aponta no item V onde "o exercício da profissão de tradutor de textos é privativo dos que, embora não diplomados nos termos dos itens anteriores, tenham exercido ou exerçam, comprovadamente, a função de Tradutor de Textos até a data de início da vigência desta lei". Se não temos um currículo mínimo, se não faz diferença ficar um ou quatro anos na universidade, se não há uma referência concreta de quais disciplinas deverão cursar aqueles que almejam ser tradutores, por conseqüência, aquele que tem experiência comprovada pode ser também enquadrado como tal.

A questão da experiência comprovada recai em outro problema: de quanto tempo seria essa comprovação? O exercício da profissão pode ser reconhecido para um "tradutor" que passou cinco anos traduzindo cartas de amor? Que garantias temos de que esse mesmo "tradutor" produza bons textos e não desacredite a imagem da categoria como um todo? O profissional da medicina que macula a imagem da categoria é punido ferozmente, além de ter seu diploma caçado e o nome banido das listas dos profissionais autorizados a exercerem a profissão.

A tentativa de regulamentação do exercício da profissão de tradutor, parece possível afirmarmos, encontra-se sempre ligada à questão da definição dos parâmetros da formação acadêmica do tradutor. Podemos nos colocar a favor ou contra a regulamentação da profissão sem antes definirmos quem pode ou não

ser tradutor? Ou o que é traduzir? É possível formarmos tradutores? É possível definirmos os parâmetros de uma formação acadêmica adequada ao exercício da profissão?

Ao afirmar que os itens II e IV do art. 2º do projeto de regulamentação do exercício da profissão de tradutor são fortes brechas que permitem ao diplomado em curso complementar de tradução de nível superior de um ano de duração exercer legalmente a profissão de tradutor, contribuindo para a proliferação de cursos de curta duração, com a conseqüente e inevitável queda do nível de ensino de tradução no País, o Diretor da Seção Paulista ABRATES, naquela época, Prof. Dr. Francis Henrik Aubert, levantou uma questão pertinente. Apesar de tratarmos de áreas distintas, a profissionalização de médico é rigorosamente definida em seis anos, promovendo prestígio para a profissão e para a categoria como um todo. Se fosse aceita a formação de tradutores com um ano de duração, correríamos o risco de sustentar o amadorismo que sempre envolveu a profissão.

Isso, portanto, nos faz pensar que, antes de reivindicarmos os direitos de um tradutor, temos que definir quem poderá sê-lo, quem é o profissional tradutor. Será que poderão ser tradutores todos os que tenham um curso universitário de tradução, ou todos que possam comprovar o exercício da profissão por um determinado período, e como se daria tal comprovação? Por dois ou mais anos de exercício, por ter traduções publicadas, por ser sindicalizado, como de fato podemos delimitar quem pode exercer legalmente a profissão de tradutor? Como enquadraríamos os tradutores que traduzem línguas para as quais não há

bacharelado em tradução no Brasil? Esses, então, não seriam enquadrados como tradutores profissionais?

É possível dizermos que o ensino de tradução em instituições cria possibilidades para que se adquira habilidade e capacidade para a tarefa de traduzir. O estudo e aprendizagem de uma língua estrangeira, o estudo da teoria e prática da tradução, noções de lingüística, entre outras, formam a base da formação acadêmica da profissão.

Ao citarmos a questão dos bacharelados, como reconheceríamos determinada escola a dar títulos de tradutores? Onde enquadraríamos a Associação Alumni de São Paulo, que há 25 anos oferece o curso de tradução e interpretação em nível técnico?

Danilo Nogueira, tradutor brasileiro de renome, porém sem formação acadêmica oficial, mostra-se contra a regulamentação da profissão em entrevista ao SINTRABRASIL - Carta Bimestral do SINTRA, divulgada em agosto e setembro de 1997, afirma no debate "Você é a favor ou contra a Regulamentação da Profissão?" que:

> Precisamos pensar também em casos mais especiais. Haroldo de Campos, por exemplo, entra na categoria dos direitos adquiridos. Graças a Deus, porque ninguém vai querer calar nosso poeta-tradutor. Mas, terá Haroldo de Campos sido o último da estirpe? Espero que não. Que vamos fazer com o HCII, ainda inédito quando a porteira tiver sido fechada? Mandá-lo fazer um curso de tradução?

> Ou exigir que passe pela mesa censória, para ver se pode ser equiparado a tradutor profissional? Ou exigir que publique seu trabalho sob o nome de um tradutor profissional (Traduzido por Assinando Catagrana. Tradutor Profissional, MTPS 1.234, com a colaboração de HCII)? Você conhece os profissionais que vivem de assinar trabalhos alheios, envergonhando tantas profissões. Queremos isso para a nossa? Eu, pelo menos, não. (p. 2)

Na mesma Carta bimestral do SINTRA, Jussara Simões, formada em Tradução por curso livre - Curso de Especialização para Tradutores-Intérpretes Daniel Brito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, reporta-se completamente a favor da regulamentação do exercício da profissão de tradutor:

> Existem vários tipos de regulamentação, entre elas o credenciamento governamental e não-governamental. O que seria esse credenciamento? Em primeiro lugar, NÃO impediria que ninguém exercesse a profissão. Todas as pessoas que se consideram tradutoras poderiam continuar trabalhando e nada impediria que novos tradutores amadores ingressassem no mercado de trabalho. Mas haveria duas categorias de tradutores: os credenciados, que passaram por criteriosos processos de seleção; e os não-credenciados (ou amadores), que não passaram por processo de seleção, que não se responsabilizam por nada do que

> fizerem. Os consumidores de seus serviços teriam a liberdade de escolha, da mesma forma que os consumidores de remédios podem pedir conselhos ao balconista da farmácia ou ao médico. Se o remédio der dor de barriga, o consumidor que consultou o médico pode recorrer ao CRM, o cliente que consultou o balconista não pode recorrer nem ao bispo (p. 2; destaque da autora)

Sem dúvida, todos, profissionais, clientes, autoridades, anseiam por algum mecanismo de definição do exercício da profissão de tradutor. No entanto, quaisquer tentativas de regulamentação do exercício da profissão parecem estar inevitavelmente ligadas à definição dos parâmetros de formação do tradutor. Quaisquer tentativas de regulamentação do exercício da profissão parecem ser de difícil concretização ao tomarem por base um enquadramento casuístico, restritivo e monopolizador que tente, porventura, controlar a atividade tradutória de seu realizador. Se não sabemos ao certo o que é traduzir, se não temos muito clara a definição do que é tradução, o projeto de regulamentação da profissão torna-se um empreendimento de difícil alcance. Ou seja, poderíamos dizer que estamos, ainda, no meio da mesma turbulência em que se encontrava Rónai quando da abertura de uma associação de classe, quando da tentativa de regulamentação da profissão. Somos levados por essa turbulência que, na verdade, é inerente ao tema tradução.

Parto do princípio, aqui, de que tradução se constitui como ato de leitura, de interferência, de transformação e criação. Todo esse processo colocado pela

ABRATES e por Rónai parece ser análogo. Antes mesmo de pensarmos o que é traduzir, o que é ser tradutor, seria preciso pensarmos na tradução, não como um processo estável, mas como um processo de transformação, não passível de enquadramento, a partir daí poderiam ser revistos e redefinidos os conceitos e critérios que dirão quem poderá legalmente traduzir.

QUARTO CAPÍTULO

4. As teorizações de Paulo Rónai em contraposição à tentativa de regulamentação do exercício da profissão de tradutor iniciada pela ABRATES em 1977

> No começo Rónai contava as histórias dele, que ele já traduzia na Hungria e estava traduzindo um texto e se deparou com a palavra morro. Ele contava que via as definições, falava com o cônsul de Portugal, mas não visualizava. Depois precisou traduzir abacaxi, sabia que era uma fruta ovalada, que tinha espinhos em toda sua extensão. Ele tinha na imagem dele um porco-espinho. As duas coisas estavam na cabeça dele, quando ele chegou ao Brasil ele disse, eu quero ver o morro, quero ver o abacaxi. Então ele procurou, achou um abacaxi e disse: mas isso é que é um abacaxi? É tão pequeno. E quando viu o morro ele começou a entender o que era a língua portuguesa. Então a sensibilidade dele para a língua era, era fruto de uma paixão tão profunda, era alguma coisa fora do controle.
>
> Regina Helena Elias Alfarano

Paulo Rónai efetivamente teoriza, mesmo afirmando o contrário, quando "medita" sobre a prática da tradução. Busco, no que considero conflitos teóricos de Paulo Rónai, um elo de discussão entre ele e a Associação Brasileira de Tradutores que fundou em 1974. Toda a discussão que proponho dos conflitos teóricos de Paulo Rónai está comprometida com a tentativa de regulamentação do exercício da profissão de tradutor iniciada pela ABRATES. O leitor deve estar se perguntando que elo teríamos entre o tradutor e "teórico" Paulo Rónai e uma associação de classe.

Comecemos buscando uma resposta no que considero serem os conflitos teóricos de Rónai.

Ele se utiliza de exemplos práticos que ditam métodos e tratados sobre a tradução e para os tradutores. Em *A Tradução Vivida* (1981), como apontamos no Primeiro Capítulo, sua "vivência" retrata aquilo que ele próprio fazia ao traduzir, retrata o que, para ele, constitui-se como correto, aceitável, disciplinar. Relata que as obras *Escola de Tradutores* e *Guia Prático da Tradução Francesa*, e também a própria *A Tradução Vivida*, nasceram de uma "prática intensa":

> *A prática intensa do ofício havia de levar-me naturalmente a meditar sobre ele*. Daí os trabalhos que consagrei a problemas de tradução; os já lembrados *Escola de Tradutores* e o *Guia Prático da Tradução Francesa*, ambos reeditados recentemente. (p. 176; destaques meus)

Sua prática não se resume em conhecimento lingüístico, mas em um conjunto de experiências que lhe permitem "meditar" sobre a tradução. Essa "meditação", porém, não responde a questões inerentes à própria tradução, deixando transparecer o conflito existente entre o tradutor, o traduzir e a tradução em sua teorização. Esse conflito nunca é preenchido, fazendo com que Rónai recorra a "soluções" que nem ele próprio reconhece serem sustentáveis: a "solução ideal" consistiria, para ele, em formar especialistas competentes para cada língua. Afirma em *Escola de Tradutores* (1987) que:

> Ao traduzir um antigo conto italiano, ocorreu-me examinar a tradução brasileira já existente. Estavam nela omitidos todos os trechos em que o autor, como quase todos os escritores da Renascença, fustiga os costumes dos clérigos da época. O tradutor, entretanto, era um intelectual totalmente isento de sectarismo; apenas, em vez de verter do italiano, recorreu a uma versão espanhola, a qual já fora expurgada por alguma inquisição. Incidentes desse gênero constituem o maior inconveniente da tradução indireta. Os editores e tradutores que, à falta de solução melhor, recorrem a esta, deveriam talvez indicar no frontispício da tradução o texto intermediário, a título de ressalva pelo menos parcial. A solução ideal, evidentemente, consistiria em formar especialistas competentes para cada língua. *Mas este problema já está ligado à profissionalização do ofício do tradutor*". (p. 29; destaques meus)

À medida que o conflito permanece, Rónai tenta chegar a outras "soluções". Ao relatar sobre os casos em que o responsável pela tradução intermediária deforma o original, o autor remete-se à formação de especialistas competentes para cada língua e que isso está ligado à profissionalização do ofício de tradutor. Essa "solução", na verdade, problematiza ainda mais a questão, já que não possuímos leis sobre a formação de tradutores, e não há regulamentação do exercício da profissão.

Quando busca constituir, mesmo não querendo, uma teoria da tradução, Rónai retorna às bases dos "problemas" que envolvem o tema, não encontrando "soluções" nessas bases, relatadas por ele como experiências do traduzir. Isso, então, faz revelar que ele deposita suas esperanças de resolução de toda essa turbulência, entre a teoria e a prática, entre a regulamentação e a profissionalização, na fundação da ABRATES:

> A solidariedade com os colegas do ofício, cujo trabalho gostaria de ver mais estimado e remunerado mais condignamente, levou-me a ser um dos fundadores de um órgão de classe, a Associação Brasileira de Tradutores, *na esperança de contribuir para transformar o ofício, de biscate que é, em profissão honrosa*. (p. 177; destaques meus)

Essa *"solidariedade com os colegas do ofício, cujo trabalho gostaria de ver mais estimado e remunerado condignamente"* pode ser lida não propriamente como *solidariedade*, mas como compromisso para com os tradutores, compromisso que Rónai sentia-se obrigado a cumprir: a abertura de uma associação de classe que protegesse os profissionais. Na qualidade de solidário, na qualidade de quem defendia uma mutualidade de interesses e deveres, ele funda a ABRATES. Essa, nas mãos de Rónai, não resolve as problemáticas que envolvem a profissão de tradutor, uma vez que seus limites não estão bem definidos. Em suas teorizações, Rónai também não consegue aniquilar esta

turbulência. À medida que relata, propõe tratados, modelos e análises do traduzir a partir de sua experiência; ele revela-se em meio à turbulência. Tais tratados, modelos e análises parecem frágeis e restritos para tratar da realidade da profissão de tradutor, uma profissão, em seu próprio ver, não regulamentada e ermergente de leis que imponham ao mercado de trabalho a escolha de profissionais adequados ao seu exercício.

Dessa perspectiva, encaminho a discussão das obras *Escola de Tradutores, A Tradução Vivida* e *Guia Prático da Tradução Francesa*, e de artigos, prefácios e depoimentos de Rónai, como sendo retratos que estiveram sempre em constante turbulência e mudança em relação à profissionalização da profissão. O autor relata, sim, sobre a tradução e sobre o ato tradutório, mas sua discussão está sempre voltada àqueles que desejam ser *tradutores*, isto é, aos profissionais. Conseqüentemente, ao não dar conta dos "problemas" que cercam a profissão, suas "soluções" encaminham-se rumo à profissionalização, daí afirmar que este problema já está ligado à profissionalização do ofício do tradutor, daí afirmar que "A solidariedade com os colegas do ofício, cujo trabalho gostaria de ver mais estimado e remunerado mais condignamente, levou-me a ser um dos fundadores de um órgão de classe, a Associação Brasileira de Tradutores, na esperança de contribuir para transformar o ofício, de biscate que é, em profissão honrosa".

Tal "*esperança de contribuir para transformar o ofício, de biscate que é, em profissão honrosa*" estava depositada na abertura da ABRATES e no projeto-lei de regulamentação da profissão enviado ao Ministro do Trabalho em nome do Sr. Renato de Oliveira Rodrigues, em 1977.

Rónai reconhece, sem dúvida, a dificuldade em lidar com a realidade da não-regulamentação da profissão de tradutor, por isso, planeja e executa a abertura da Associação de Classe, ou seja, era preciso, na ocasião, estabilizar a posição dos tradutores; era preciso regulamentar a profissão.

Na Revista *Tradução & Comunicação* nº 1 (1981) o autor relata:

> Até pouco tempo a tradução, entre nós, não era uma profissão e sim uma aventura. São raros os tradutores que tenham escolhido o ofício deliberadamente: a maioria tornava-se tradutor por acaso, devido a um concurso de circunstâncias. Este foi também o meu caso. O que quer dizer que poucos tiveram a formação profissional regular: a maioria tinha de adquirir a duras penas os conhecimentos indispensáveis depois de já ter começado a trabalhar no ramo. Por todos os meios a seu alcance, a ABRATES tenta encerrar essa fase romântica, em parte procurando conseguir o reconhecimento da profissão como sendo de nível universitário, em parte tentando ajudar os futuros tradutores a adquirirem os rudimentos do ofício. Por isso, tem colaborado com as faculdades e os cursos de tradução existentes, e ela própria tem organizado séries de conferências especializadas. Publica um boletim periódico, mantém uma biblioteca profissional e está entrando no mercado editorial para prover os seus

sócios de instrumentos de trabalho. O seminário que acaba hoje faz parte dessas iniciativas.[10] (p. 87)

Retorno, neste ponto, à tentativa de resposta para o leitor que se pergunta qual(is) elo(s) teríamos entre o tradutor e "teórico" Paulo Rónai e uma associação de classe: torna-se inevitável refletir sobre o processo de regulamentação do exercício da profissão de tradutor no Brasil sem citar Paulo Rónai tradutor e fundador da Associação Brasileira de Tradutores. É inevitável tecer comentários sobre a instabilidade da profissão, sem relatar os conflitos teóricos e práticos nos quais sempre viveram Rónai e a ABRATES. Um elo, por vezes, inseparável.

Ao longo de sua teorização, as propostas de Rónai trazem à tona a necessidade de cursos de nível universitário para tradutores, de profissionalização e regulamentação da profissão, de se estabilizar a categoria para definir quem poderá ser tradutor. Suas propostas trazem à tona a necessidade do surgimento de uma Associação de Classe que promova tudo isso.

Os objetivos da ABRATES eram, entre outras coisas, desenvolver a harmonia e compreensão entre os tradutores, advogar o reconhecimento da profissão de tradutor, tanto no campo literário como no técnico-científico, lutar para que os direitos autorais dos tradutores fossem resguardados, por meio de contratos-tipo que, fixando as condições mínimas de remuneração, garantissem vantagens sobre as reedições da obra traduzida, promover entre os seus

[10] Palavras pronunciadas no encerramento do Seminário de Iniciação à Tradução Profissional, realizado pela ABRATES no Rio de Janeiro de 1 a 5 de junho de 1981.

membros, troca de informações e conselhos tendentes ao aprimoramento da profissão.

Mário Galvão, no artigo intitulado A ABRATES e suas perspectivas, publicado na Revista *Tradução e Comunicação* nº 1 (1981), explica que, quando da fundação da FIT - Federação Internacional dos Tradutores, o Brasil não poderia ficar de fora, e com os estudos sobre a teoria, métodos e técnicas de tradução, pesquisas sobre tradução computadorizada, elevação da tradução como ciência ensinada em cursos universitários específicos em todo o mundo, a crescente preocupação com a terminologia e a criação de "bancos de palavras", uma associação de classe deveria nascer no país. Ele comenta:

> Evidentemente, os tradutores brasileiros não poderiam ficar alheios a tudo isto. Já naquele ano de 1954, em que se formava a FIT, a tradução era pela primeira vez abordada em livros específicos em língua portuguesa, primeiramente em *Escola de Tradutores*, de Paulo Rónai, e , poucos meses depois, por Brenno da Silveira, em *A Arte de traduzir*. Iniciava-se aí um lento processo de conscientização e aglutinação que viria a frutificar vinte anos depois, quando em 21/04/1974, um grupo de vinte e sete tradutores fundou no Rio de Janeiro a ABRATES - Associação Brasileira de Tradutores. (p. 77)

Os objetivos da ABRATES estavam claros: lutar para que a categoria dos tradutores brasileiros fosse reconhecida e a profissão regulamentada. Mário

Galvão, porém, no mesmo artigo, prossegue relatando que o projeto de reconhecimento da categoria e regulamentação da profissão não foi aceito junto ao Ministério da Educação e do Trabalho, pois as autoridades argumentaram que "há mais trabalho de tradução do que tradutores", sendo assim irrelevante dar prosseguimento à questão. O projeto foi, na ocasião, arquivado e até os dias de hoje ninguém mais trouxe à tona o empreendimento:

> Há certas "forças ocultas que" visivelmente (mesmo quando a causa imediata ou o pretexto são a desinformação) estão a emperrar o andamento do processo de reconhecimento e regulamentação pelo governo federal. Não vêm ao caso, aqui, as opiniões do autor, em teses contrárias a este tipo de corporativização profissional. O que vem ao caso, parece-nos, é a visão realista e objetiva de um fato concreto e consumado: no Brasil, tal como ele se organiza hoje, e nas condições vigentes em seu mercado de trabalho, ou uma profissão é reconhecida e regulamentada, e seus militantes se organizam, ou então ficam inertes à mercê dos fornecedores de trabalho. Argumentam alguns colegas, bem-intencionados, mas mal-informados ou olhando os fatos pela luneta da utopia: "mas, na Inglaterra... nos Estados Unidos!..." o fato, porém, é que estamos no Brasil. Estas são as condições brasileiras. E há que se adequar a elas - ou perecer. Por isso mesmo foi que em 1978, tomando a ABRATES conhecimento de que o governo federal pretendia

> reconhecer e regulamentar a profissão, tratou-se de antecipar, sugerindo aos Ministérios da Educação e do Trabalho um projeto mais abrangente e o menos lesivo possível aos interesses dos tradutores. Em resposta recebemos um projeto muito mais restritivo, e que estendia seu alcance, também, aos intérpretes. Após sucessivos contatos, no Rio de Janeiro e em Brasília, chegou-se ao estabelecimento de um projeto um pouco mais amplo e flexível. Com a mudança do governo, porém, em 1979, o projeto retornou da Casa Civil da Presidência àqueles Ministérios, para parecer de seus novos titulares, sendo finalmente arquivado, sob o argumento de que "há mais trabalho de tradução do que tradutores" o que tornaria irrelevante a matéria. (p. 84)

Diante disso, busco considerar que o paradoxo entre as teorizações de Paulo Rónai e o projeto-lei de regulamentação do exercício da profissão de tradutor por parte da ABRATES é encenado pelo que revela a própria questão da tradução. Ou seja, há um certo descompasso teórico que revela a problematização entre a sua teoria e a sua prática, pois a questão da regulamentação e a formação acadêmica do tradutor estão no cruzamento da teoria e da prática da tradução.

4.1 A necessidade e a impossibilidade da definição dos parâmetros da formação acadêmica do tradutor: uma conclusão?

De um lado, Rónai mantém-se tradicionalmente atrelado à formulação de métodos e tratados práticos; de outro, a ABRATES, de cuja direção fazia parte o próprio Rónai, propõe-se ao reconhecimento da categoria e à regulamentação da profissão, sem antes definir os parâmetros acadêmicos da formação do profissional e efetivamente dizer quem pode ser tradutor.

A tentativa de reconhecimento e regulamentação da profissão em contraposição com as teorizações de Rónai encontram-se intrinsecamente ligadas à definição dos parâmetros da formação acadêmica do tradutor.

Como venho discutindo, os conflitos teóricos de Paulo Rónai, e a tentativa de regulamentação e profissionalização via ABRATES permanecem, já que Rónai, ao tratar desses conflitos e suas possíveis "soluções", esbarra na abertura da associação de classe que tem, então, o propósito de fazer a profissão ser reconhecida e regulamentada perante os órgãos governamentais e perante a sociedade.

Quando busca constituir métodos e tratados práticos de tradução, Rónai retorna aos conflitos teóricos que circunscrevem a tradução. Quando tenta profissionalizar a tradução sem ter claro quem pode ser tradutor, o que é traduzir e no que constitui a tradução, a ABRATES faz sobreviver esse conflito que, em conjunto com as teorizações de Rónai, terminam por não encontrarem as

"soluções esperadas, necessárias e urgentes" para a questão, se é que podemos dizer que tais soluções existem.

A não-concretização do projeto de regulamentação da profissão, naquela ocasião, assinalou a necessidade da definição dos parâmetros da formação acadêmica do profissional tradutor. Os conflitos teóricos de Rónai e a não-concretização do projeto-lei retrataram a imensa turbulência teórico-prática que envolvia, que sempre envolveu e que sempre envolverá a tradução, o ato tradutório, o traduzir e o tradutor.

A turbulência teórico-prática, da qual foi vítima Rónai, atingiu o projeto de regulamentação da profissão, bem como atingiu a ABRATES naquela época. A falta de clareza no que constituía a tradução, o ato tradutório, o traduzir, fez com que a profissionalização do tradutor ficasse à mercê de uma eterna, e até hoje inacabada, discussão.

Percebemos que, justamente para lidar com esta realidade múltipla dos aspectos da tradução, isto é, do ato tradutório, do traduzir e do tradutor, Rónai deposita na abertura da ABRATES a tentativa de amenizar, escamotear a turbulência inerente ao tema.

Rónai idealiza um lugar estável, a ABRATES, de tal forma que, diante da situação de lacuna, de turbulência, pode ser dirigido, regrado, comandado, restrito, monopolizado, definido.

Ao aplicar essa leitura aos conflitos teóricos e práticos que se encontram envolvidos Rónai e ABRATES, proponho que quaisquer tentativas de

regulamentação do exercício da profissão de tradutor estavam/estão ligadas às definições dos parâmetros da formação acadêmica deste profissional.

Não tenho, aqui, a intenção de propor um currículo mínimo, de tecer comentários acerca de quais seriam as disciplinas adequadas à formação profissional do tradutor. Tampouco tenho como intenção predizer de quantos anos se constituiria um curso universitário que almejasse formar tradutores.

O que tento, aqui, é corroborar minha hipótese de que a tentativa de regulamentação da profissão, na década de 70, assinalou a necessidade da definição dos parâmetros da formação acadêmica.

Proponho, ainda, que, mesmo nos dias de hoje, qualquer projeto de regulamentação da profissão necessitaria, talvez, acompanhar as questões relativas às informações de um plano de estudo do curso universitário para tradutores, isto é, as questões relativas à regulamentação deste campo profissional necessitariam incorporar definições dos parâmetros da formação acadêmica.

Rónai e ABRATES, talvez como "entidades" demasiadamente interligadas e conseqüentes, encontravam-se em meio a uma turbulência que os faziam lutar. Sabiam que a luta era pelos tradutores, mas ainda não sabiam muito bem como defini-lo, encará-lo, restando a ambos deixar-se levar por esse descompasso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALVÃO, M. A ABRATES e suas perspectivas. *Tradução & Comunicação*, São Paulo: 1 (1):76-86, dez.1981.

NOGUEIRA, D. Você é a favor ou contra a regulamentação da profissão? *Carta Bimestral do SINTRA*. Rio de Janeiro: n.2, Agosto-Setembro, 1997.

OTTONI, P. R. O Papel da Lingüística - e a relação Teoria e Prática - no Ensino da Tradução. *TradTerm*, São Paulo: 4 (1), p.125-139, 1° Semestre de 1997.

PORTINHO, W. Homenagem a Paulo Rónai. *Caderno de Tradução do SINTRA*. Rio de Janeiro: Julho, Ano I, n.2, 1993.

RÓNAI, P. Tradutor e Mestre de Tradutores. *Tradterm*, São Paulo: v.1, pp.21-30. 1994.

_____. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1952, 50 p.

_____. *Escola de tradutores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: São José, 1956, 93 p.

_____. *Escola de tradutores*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro Culturais, 1967, 99 p.

_____. *Escola de tradutores*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Educom, 1976, 131 p.

_____. *Escola de tradutores*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro, 1987, 171 p.

_____. *Escola de tradutores*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, 171 p.

_____. *Guia Prático da tradução francesa*. Rio de Janeiro: Difel, 1967.

_____. *Guia Prático da tradução francesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Educom, 1967.

_____. *Guia Prático da tradução francesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, 212 p.

_____. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Educom, 1976, 156 p.

_____. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: 2ª ed. Nova Fronteira, 1981, 210 p.

_____*A tradução vivida*. Rio de Janeiro: 3ª ed. Educom, 1990.

_____. *Pois é: ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, 300 p.

_____. Decálogo do tradutor. *Trad. & Comum.*, São Paulo: 1 (1):76-86, dez.1981.

SIMÕES, J. Você é a favor ou contra a regulamentação da profissão. Carta Bimestral do SINTRA, Rio de Janeiro: n. 2, Agosto-Setembro, 1997.

WYLER, L. Carneiro da C. Alverga. *A tradução no Brasil: Ofício invisível de incorporar o outro*. Rio de Janeiro: ECO/URFJ, 1995. (Dissertação (Mestrado e, Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Depoimentos e Documentos Inéditos

Depoimento de Regina Helena Elias Alfarano. São José do Rio Preto: 29 de setembro de 1999, 160min.

Depoimento de Elias Davidovich. Rio de Janeiro: 28 de abril de 1998, 185min.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRADUTORES. Ata da Reunião de Abertura da ABRATES. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1974.

ANEXOS

TERMO DE ABERTURA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRADUTORES

Destina-se o presente livro ao registro oficial e único das posses e investiduras dos órgãos diretivos da Associação Brasileira de Tradutores (ABRATES), assinado que vai por mim, 2° Secretário, Ione de Andrade, e rubricado em todas as suas cinqüenta (50) folhas pelo 1° Secretário, Professor Paulo Rónai. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1974.

Livro de Registro Oficial e Único das posses e investiduras dos órgãos diretivos da ABRATES - 1° Secretário: Paulo Rónai e 2° Secretário - Ione de Andrade.

Aos 20/08/74 - Posse do Conselho Fiscal:

. Mário Aurélio de Moura Matos; Wilhelm Velle; Françoise André Knox; Guttorm Hanssan; Edith Van De Benque; Luiz José Lima da Silva.

- Eleitos pela Assembélia Geral - cumprimento das obras dos estatutos.

Aos 28/08/74 - Posse do Conselho Deliberativo:

Carlos Drummond de Andrade; Ary Blaustein; Themira de Oliveira Brito; Luzia Caminha Machado Costa; Elias Davidovich; Maria Helena Inler Dwyes; Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; Raymundo Maghalhães Júnior; Antônio Houaiss;

Ruy Jungmann; Ramalhete Maia; Helena Saijão Pessoa; Felix Rabstein; Daniel da Silva Rocha; Paulo Rónai; Anna Maria Moura Costa Santos; Mário da Silva; Roberto Tamara; Hugo Alberto Toschi; Octavio Alves Velho.

- Eleitos pela Assembléia Geral - cumprimento das obras dos estatutos.

Aos 16/09/74 - Posse dos Membros da Diretoria

. Presidente: Raymundo Magalhães Júnior

. 1º Vice: Clóvis Ramalhete Maia

. 2º Vice: Marco Aurélio de Moura Matos

. 1º Secretário: Paulo Rónai

. Tesoureiro: Daniel da Silva Rocha

Primeira Reunião - 21/05/74 - presidida por Raymundo Magalhães Júnior - declarou constituída a ABRATES - cuja finalidade era a defesa dos interesses dos tradutores, elevação do conceito e do nível profissional da classe. Paulo Rónai declarou a repercussão da fundação da ABRATES na imprensa, com maior repercussão na França - Federation Internacionale des Traducteurs - cujo Presidente era Pierre François Caillé. Raymundo Magalhães relatou, ainda nesta primeira reunião, como seria a admissão de sócios na ABRATES. Uma comissão avaliaria a admissão: Daniel da Silva Rocha; Clóvis Ramalhete, Paulo Rónai e Antônio Houaiss. Segunda reunião marcada para 18/06/74.

Segunda Reunião - 18/06/74 - presidida por Raymundo Magalhães Júnior e Paulo Rónai - citou a fundação efetiva da ABRATES com eleição de sua Diretoria,

discussão e votação dos estatutos apresentados pela Comissão constituída na primeira reunião. Estatutos: Art. 1° - Diretoria com Mandato provisório. ABRATES – entidade sem fins lucrativos; com sede na Cidade do Rio de Janeiro; tem por finalidade a coordenação, defesa e representação dos direitos e interesses do tradutor de obra literária, científica ou técnica. O reconhecimento efetivo da sua equiparação ao autor quanto aos efeitos da sua atividade e cuidar, inclusive, do aprimoramento profissional bem como dos problemas em geral a ela pertinentes. Art. 2° Com o ato de filiação, a ABRATES torna-se mandatária para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extra-judicial dos seus diretores autorais, bem como para os de sua cobrança (Lei 5988 de 14/11/73 - Código dos Direitos de Autor). Art. 3° - Representará profissionais estrangeiros. Art. 4° A ABRATES promoverá uma tabela com indicação de preço, sendo que há uma decisão pessoal do associado - proteção integral dos Direitos Autorais. DOS SÓCIOS - Art. 5° - Qualquer profissional pode filiar-se desde que apresente um comprovante do trabalho efetuado (recibo de pagamento; folheto traduzido; livros traduzidos). São Deveres dos Sócios: Art.6° Reconhecer a ABRATES enquanto representante de seus direitos; cumprir os Estatutos da mesma; fornecer relação das obras traduzidas; efetuar pagamento da taxa administrativa; aceitar a cobrança de serviços pela ABRATES; admitir a intervenção da ABRATES nas negociações com o contratante; são Direitos dos Associados: Art. 7° votar e ser votado; debater em reuniões; solicitar e obter orientação negocial e jurídica; reincorporação no quadro de associados se dele pediu o desligamento; Art. 8 - Serão excluídos do quadro dos associados os que estiverem agindo contrário aos

interesses e fins da entidade, ou os que solicitarem; ART. 9º - As receitas da ABRATES serão: as de contribuição dos associados; de doações; Art. 10º - A ABRATES será dirigida pela Assembléia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal; Art. 11º - A Assembléia Geral se reunirá uma vez ao ano ordinariamente e extraordinariamente sempre que convocada; Art.12º - Deliberações tomadas pela maioria dos votos presentes; Art.13º Conselho Deliberativo - 20 membros. Art.14º A Diretoria será eleita pelo Conselho Deliberativo. Art.15º - O Conselho Deliberativo pode: alterar e aprovar o orçamento da ABRATES; fixar a taxa administrativa; elaborar regimento eleitoral; A Diretoria terá 7 membros que serão eleitos pelo Conselho Deliberativo. Art. 17º - A Diretoria será composta pelo Presidente, Secretários e Tesoureiro; Art. 18º - A Diretoria obriga-se em cumprir seus deveres perante a lei; Art.19º A Diretoria incumbe-se de elaborar projeto interno; Art. 20º - Anualmente o Conselho Fiscal tomará as contas à Diretoria. Art. 21º As alterações do Estatuto da ABRATES serão deliberadas pela Assembléia geral. Art. 22º - A ABRATES será dissolvida quando assim decidir, se tiver patrimônio será doado a uma instituição de autores. Ata escrita, lavrada e assinada por Paulo Rónai.

Marcada Reunião para 17/09/74 somente para as eleições.

Marcada Reunião para 15/10/74 para correção das falhas do Estatuto - sugeridas por sócios. (Anuidade cobrada: 300 cruzeiros). Discussão sobre os comentários das traduções feitas para VEJA - O GLOBO - Jornal de Brasília. Ciclo de conferências no Rio. Paulo Rónai escreve *Guia Prático da Tradução Francesa*. Modificações do Estatuto. ABRATES funcionará na sede da SBAT - Sociedade

Brasileira de Autores Teatrais - RJ. Por solicitação da ABRATES, o Pen Club do Brasil instituiu o Prêmio de Tradução - 1975 - Comissão: Raymundo Magalhães, Paulo Rónai e Octavio Alves Velho - Ficção/Prosa - melhora dos níveis de tradução/melhor escolha das obras a serem traduzidas. Adesão de Raquel de Queiroz. Constante solicitação da FIT sobre os dados da ABRATES. Ajuda das alunas de Tradução da PUC na ABRATES. Assinatura da Revista Babel (FIT) para os associados. Primeiro encontro de Tradução no Rio, conferência de abertura feita por Paulo Rónai - 25/04/75. Tentativa de reconhecimento da ABRATES como Entidade de Utilidade Pública. Condições para assinatura da revista Babel. Faculdade Ibero-Americana leva ao conhecimento da ABRATES o seu Curso de Tradução e Interpretação. 12 a 21/05/75 - Conferência com Paulo Rónai sobre seu livro *A Tradução Vivi*da. FIT se filia à ABRATES. Proposta de contrato com editores via ABRATES, iniciativa de Daniel Rocha. Discussão sobre os direitos autorais e a questão do *status* do tradutor brasileiro. Elias Davidovich menciona que o tradutor, assim como o autor, tem direito de ver sua obra publicada. Paulo Rónai menciona a necessidade urgente de sócios voluntários para trabalharem na ABRATES. Considerações de Clóvis Ramalhete quanto ao Código de Direitos Autorais. Discussão sobre a revisão: a Assembléia discutiu que o direito da revisão deve ser do tradutor, para que o trabalho não seja alterado e/ou comprometido. Exigência do Presidente da ABRATES que inclua no Conselho Nacional de Educação um representante da mesma por questões dos direitos autorais homologados pelos tradutores. Dados do Conselho Fiscal, receitas e despesas de 74 a 75. Paulo Rónai sugere que a ABRATES ofereça um Curso de

Tradução, com a colaboração de uma faculdade. Por carta, Hugo Toschi agradece à Livraria Manchette do Brasil pelo pagamento e reconhecimento de seus trabalhos. Discussão sobre um boletim impresso da ABRATES para 1976. Paulo Rónai informa a organização de conferências relacionadas à atividade tradutória para 1976. Raymundo Magalhães - tentativa de reconhecimento da ABRATES em Brasília, com tentativa de que os direitos autorais do tradutor serem equiparados aos do autor. Defensa do tradutor em situação litigiosa com o editor. Raymundo Magalhães leva os estatutos da ABRATES para Brasília e os traduz para enviá-los à FIT para propostas ou sugestões. Grabriella M. Taylor é responsável pela Biblioteca da ABRATES. Boletim da ABRATES - responsável Paulo Rónai. Paulo Rónai tem traduções publicadas com êxito. Elias Davidovich menciona os Impostos sobre Serviços exigidos do tradutor. ABRATES: constante luta pelos direitos autorais - Paulo Rónai preocupado com palestras para conscientizar alunos e/ou recém-tradutores. Raymundo Magalhães luta junto ao Conselho Federal de Direitos Autorais. Serviço de Documentação da Fundação Getúlio Vargas - patrocínio para publicação da listagem dos associados. Primeiro Boletim da ABRATES - publicação em junho/76. Carta de Carlos Lacerda aos tradutores solicitando que os mesmos sejam responsáveis e dirijam-se à ABRATES para que tomem consciência da situação. Diversos conselheiros da ABRATES discutiram com entusiasmo o problema da crítica das traduções editadas ultimamente, bem como do papel dos coordenadores contratados pelas editoras, que, muitas vezes, contraditoriamente os impedem de tomar decisões acertadas quanto à qualidade das traduções. O Conselheiro Elias Davidovich sugere que se o tradutor é

responsável por sua tradução, o editor é responsável pela edição. Qualidade das traduções: assunto muito debatido. Organização de uma tabela de preços referentes a cada idioma. ABRATES desperta interesse nas autoridades em Brasília. Conselheiros discutiram que se deve regulamentar a profissão de tradutor e organizar currículos de tradução. Tentativa de elaboração de um projeto de lei. O Deputado Israel Dias Novaes escreve um projeto de lei para os tradutores. Paulo Rónai discorda e discute com os conselheiros a possibilidade de se escrever um carta ao Sr. Israel Dias Novaes oferecendo-lhe colaboração em tal projeto-de-lei, projeto este que deverá favorecer a classe. Daniel Rocha e Marco Aurélio de Moura Matos escrevem a carta. Georgette Tavares Bastos é representante da ABRATES em Paris. Paulo Rónai afirma que a UNESCO discutirá plano de proteção aos tradutores. Problema da regulamentação da profissão e sua classificação no Serviço Público. ABRATES vai preparar um plano de regulamentação. Paulo Rónai apresenta conferência A Tradução na Prática na Aliança Francesa de SP. Boletim da ABRATES incansável insistência de Paulo Rónai. Mário Galvão - Tese de Doutorado indicada por Paulo Rónai a ser lida por todos da ABRATES. Cadastro de Tradutores da ABRATES será impresso por uma gráfica, segundo idéia de Paulo Rónai, pois o Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas não satisfez as expectativas. Paulo Rónai pretende apresentar um projeto-lei para regulamentação da profissão a um deputado federal que o endosse. Redatores do Funcionalismo Público conseguiram reconhecimento em Brasília e os tradutores não. Daniel Rocha vai a Brasília. Sai relatório dos dois primeiros anos de ABRATES, mas com dois compromissos

pendentes: a definição legal da profissão e dar à ABRATES o caráter de Entidade Arrecadadora. O relatório apresenta algumas vitórias: maior número de sócios, embora ainda insuficiente, associação da ABRATES à FIT, intensificação dos interesses da classe ao público via Paulo Rónai, organização de conferência por Paulo Rónai, participação ativa no Congresso Nacional de tradutores - PUC/Rio. Pen Club - prêmios de tradução, tentativa junto ao Ministério da Justiça por uma regulamentação da nova lei sobre direitos autorais favorável aos tradutores, apoio às reivindicações da classe, organização de uma biblioteca da ABRATES, reuniões mensais do conselho deliberativo, boletim ABRATES já no quarto número, cadastramento de sócios, elaboração de um projeto-lei via Paulo Rónai, tabelas de remuneração a título de sugestão, confraternização dos membros da ABRATES. Raymundo Magalhães anuncia a renovação da Diretoria/Membros. Paulo Rónai anuncia a nova edição de *Escola de Tradutores*. Nova Presidência: Daniel Rocha; Vice: Marco Aurélio de Moura Mattos; Clóvis Ramalhete Maia; Hugo Toschi; Paulo Rónai; Maria da Glória de Souza Rei; Georges Neu; Clélia Dahia de Araújo.

Reunião em 10/10/76. Elias Davidovich e Ione Andrade deixam os cargos na Diretoria; Paulo Rónai e Hugo Toschi em estudos para enviar ao Ministério do Trabalho manifesto para reconhecimento da profissão. ABRATES cria consciência em toda parte segundo Daniel Rocha. Projeto-lei sai para dublagem e legendagem de filmes: Projeto-lei nº 2889/1976. ABRATES faz carta ao Ministro do Trabalho pelo reconhecimento da profissão de tradutor. Paulo Rónai propõe um estudo sobre a História da Tradução no Brasil. Providências da ABRATES é divulgada na

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

imprensa local através de Marco Aurélio de Moura Mattos. Sugeriu-se que a carta do Ministro do Trabalho seja publicada no Boletim. Paulo Rónai recebe boletins da ATA – American Translators Association – ABRATES tem prestígio internacional. Elias Davidovich sugere que haja um delegado (tradutor) em cada cidade. Preocupação com a situação do intérprete. Paulo Rónai lê o texto referente ao reconhecimento da profissão de tradutor de textos que será enviado para a Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho. A FIT manda boletim à ABRATES. Um artigo encontrado por Paulo Rónai na revista Visão de autoria de Léo Gilson Ribeiro diz que todos os tradutores são incompetentes. Paulo Rónai quer manifestação da ABRATES. Hugo Toschi tem nome de tradutor nas páginas amarelas - TELERJ. Proteção Jurídica dos Tradutores via UNESCO para os países membros. Projeto-lei a ser enviado para Renato de Oliveira Rodrigues - Ministério do Trabalho - é lido e aprovado pelos membros da ABRATES com um melhor esclarecimento da profissão de tradutores autônomos no Art. 1°. Nova eleição do Conselho Fiscal da ABRATES em 20/09/77. Aumento dos sócios, em 77 = 273. Paulo Rónai discute com os presentes o texto do projeto-lei da regulamentação da profissão de tradutores de textos e intérpretes de conferência. Discutiu-se que tal elaboração deveria ser seguida de um Código de Ética. Comissão que estudará o Código de Ética: General Otávio Alves Velho, Hugo Toschi e Elias Davidovich - setembro de 77. ABRATES recebe o boletim do Sindicato Nacional dos Tradutores de Livros. Elias Davidovich relata que a primeira versão do Código de Ética poderá ser publicada no Boletim da ABRATES como encarte para receber sugestões e críticas. Projeto-lei em andamento.

Presidente da FIT visita a ABRATES. Waltensir Dutra comenta o código de ética, propõe algumas revisões. Waldívia Portinho já faz parte da ABRATES em 77. Elaboração definitiva do projeto-lei da regulamentação. APIC – Associação Profissional dos Intérpretes de Conferência - se junta à ABRATES em reuniões. Participação de Regina Helena Elias Alfarano na ABRATES via Faculdade Ibero-Americana. Participação junto à ABRATES de Francis Henrik Aubert. Colaboração de Waldívia Portinho com o tema e livro *Tradução Técnica e seus problemas*. Relatos constantes das Associações de Tradutores da Bulgária, Canadá, Suécia e França. Ministro do Trabalho, em 79, dá parecer desfavorável ao projeto-lei de regulamentação da profissão, luta de cinco anos por água abaixo. ABRATES arregaça as mangas. Altera os estatutos. Encontros Nacionais de Tradução - 1° e 2° - iniciativa de Regina Helena Elias Alfarano. Lançamento da Revista Brasileira de Tradução. Os membros da ABRATES, em relação ao parecer desfavorável sobre a questão da regulamentação da profissão no final do ano de 79, aguardam maiores justificativas por parte do Ministro.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE